

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2016/2017



TII

**OS ADIDOS DE DEFESA: DIPLOMACIA ECONÓMICA E AS
NECESSIDADES DAS FORÇAS ARMADAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Paulo Jorge Narciso Ramalho da Silva

CMG M



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
ADIDOS DE DEFESA: DIPLOMACIA ECONÓMICA E
NECESSIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

CMG M Paulo Jorge Narciso Ramalho da Silva

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2016/2017

Pedrouços 2017



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

ADIDOS DE DEFESA: DIPLOMACIA ECONÓMICA E
NECESSIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

CMG M Paulo Jorge Narciso Ramalho da Silva

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2016/2017

Orientador: CMG M José Carlos Miguel Picoito

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Paulo Jorge Narciso Ramalho da Silva**, declaro por minha honra que o documento intitulado **Adidos de defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOG 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 2 de maio de 2017

CMG M Paulo Jorge Narciso Ramalho da Silva



Agradecimentos

Expresso o meu agradecimento a todos os que, de algum modo, colaboraram para a elaboração deste trabalho de investigação.

Agradeço ao corpo docente do IUM, pela permanente disponibilidade para apoiar na elaboração dos trabalhos.

Ao meu orientador, CMG Miguel Picoito, um especial agradecimento pelo avisado aconselhamento e apoio incondicional que sempre disponibilizou ao longo da investigação.

Renovo o agradecimento ao conjunto de entrevistados que desde o primeiro momento se mostraram disponíveis para colaborar na recolha de informação.

Manifesto o meu especial agradecimento, também, ao Dr. Nuno Pinheiro Torres e ao Major-General Castanheira Macedo, pela forma franca e disponível como colaboraram na investigação.

Agradeço igualmente ao conjunto de camaradas do dispositivo de Adidos de Defesa nacional, que responderam prontamente ao pedido que lhes foi solicitado.

Aos camaradas auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2016/2017, manifesto o meu profundo apreço e estima, pelo incentivo, motivação e grande espírito de entreajuda demonstrados.

Finalmente, uma palavra especial à minha mulher, Ana Paula, e aos meus filhos, Inês e Pedro, pela cumplicidade, incentivo e inesgotável apoio que sempre me dispensaram.

Bem hajam a todos.



Índice

Introdução	1
1. Revisão da literatura e metodologia da investigação	9
1.1. A revisão da literatura	9
1.2. Conceitos estruturantes	11
1.2.1. Adido de defesa	11
1.2.2. Diplomacia	11
1.2.3. Diplomacia de defesa	12
1.2.4. Diplomacia militar	13
1.2.5. Diplomacia económica	13
1.3. Metodologia	13
2. Os adidos de defesa como instrumentos da ação externa da defesa	15
2.1. Origem e evolução do cargo de adido de defesa	15
2.2. O adido de defesa em Portugal	16
2.2.1. O conceito do cargo de adido de defesa	16
2.2.2. Missão, atribuições e responsabilidades	17
2.2.3. Enquadramento regulamentar do cargo	17
2.2.4. Dependências hierárquicas, funcionais e orgânicas	17
2.2.4.1. Do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas	18
2.2.4.2. Do Centro de Informações e Segurança Militares	18
2.2.4.3. Do Ministério da Defesa Nacional	18
2.2.4.4. Do chefe da missão diplomática	19
2.2.5. Seleção e preparação para o cargo	20
2.3. O dispositivo dos adidos de defesa	21
2.3.1. O conceito de dispositivo dos adidos de defesa	21
2.3.2. Dispositivo de adidos atual	22
2.4. Síntese conclusiva	24
3. Política externa, diplomacia e relações externas de defesa	25
3.1. Breve panorama internacional da diplomacia de defesa	25
3.2. Política externa e diplomacia	27



3.2.1. Formulação da política externa	27
3.2.2. Diplomacia, um instrumento da política externa.....	28
3.2.3. Diplomacia de defesa e relações externas de defesa	28
3.3. As relações externas de defesa.....	29
3.4. Diplomacia económica e economia de defesa	29
3.4.1. Diplomacia económica	29
3.4.2. A economia de defesa.....	30
3.5. Síntese conclusiva.....	31
4. Contributos para o modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa.....	33
4.1. Análise sumária do atual dispositivo de implantação de adidos de defesa.....	33
4.2. Análise e tratamento dos dados recolhidos	33
4.3. Contributos para o aperfeiçoamento do dispositivo de adidos de defesa	39
4.4. Síntese conclusiva.....	41
Conclusões.....	43
Bibliografia.....	47

Índice de Apêndices

Apêndice A – Quadro regulamentar de referência	Apd A-1
Apêndice B – Diplomas relativos à implantação do dispositivo de adidos.....	Apd B-1
Apêndice C – Guião da entrevista	Apd C-1
Apêndice D – Respostas às entrevistas.....	Apd D-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Estrutura geral da investigação	4
Figura 2 – Fases do percurso metodológico	7
Figura 3 – Dependências do adido de defesa	20
Figura 4 – Mapa global do dispositivo de adidos de defesa.....	23

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Objetivo geral e objetivos específicos	5
Tabela 2 – Questão central e questões derivadas	6



Tabela 3 – Dispositivo de adidos de defesa, residentes e não residentes	23
Tabela 4 – Exemplos de atividades de diplomacia de defesa.....	27
Tabela 5 – Lista de entrevistados	34
Tabela 6 – Resultados da questão 1(A)	35
Tabela 7 – Resultados da questão 1(B)	35
Tabela 8 – Resultados da questão 2.....	36
Tabela 9 – Resultados da questão 3.....	36
Tabela 10 – Resultados da questão 4.....	37
Tabela 11 – Resultados da questão 5.....	37
Tabela 12 – Resultados da questão 6.....	38
Tabela 13 – Resultados da questão 7.....	38
Tabela 14 – Resultados da questão 8.....	39
Tabela 15 – Lista de lacunas identificadas	39
Tabela 16 – Quadro regulamentar de referência para o cargo de adido de defesa	Apd A-1
Tabela 17 – Lista de diplomas respeitantes à implantação do dispositivo de adidos	Apd B-1
Tabela 18 – Respostas às entrevistas	Apd D-1



Resumo

O fim da Guerra Fria proporcionou um novo ambiente de segurança e uma abordagem mais abrangente à cooperação de natureza militar entre Estados. Nos últimos anos, essa cooperação evoluiu passando a designar-se cooperação de defesa, juntando atores militares e não-militares, e abrangendo novos domínios, tal como a economia de defesa.

O adido de defesa, enquanto representante das suas Forças Armadas, integrado da missão diplomática que representa o seu país no estrangeiro, é igualmente o representante de toda a estrutura de defesa, sendo, por isso, chamado a desenvolver também atividades não militares, tal como a promoção no estrangeiro da Base Tecnológica e Industrial de Defesa do seu país.

A definição da rede de adidos de defesa terá, pois, de se enquadrar nas orientações políticas e estratégicas da defesa, e procurar responder quer às novas, quer às tradicionais necessidades das Forças Armadas associadas à cooperação militar e de defesa.

Assim, analisou-se o atual dispositivo de adidos de defesa nacional, constituído por 15 adidos residentes os quais acumulam outros 24 países na condição de adidos não residentes.

Como resultado da investigação, apresentam-se contributos para tornar o dispositivo de adidos mais equilibrado e otimizado.

Palavras-chave

Adido de Defesa; Diplomacia de Defesa; Diplomacia Económica; Relações Externas de Defesa



Abstract

The end of the Cold War provided a new security environment and a more comprehensive approach to military cooperation between states. In recent years, such cooperation has evolved into defense cooperation, bringing together military and new non-military actors, and covering new areas such as defense economy. The defense attaché, as a representative of his Armed Forces, integrated in the diplomatic mission that represents his country abroad, is also the representative of the entire defense structure of his country. Likewise, he is called upon to develop non-military activities, such as the promotion abroad of his country's Defense Technology and Industrial Base.

The definition of the network of defense attachés will therefore have to fit into the political and strategic guidelines of defense and seek to respond to the traditional needs of the Armed Forces associated with military and defense cooperation with other countries

Thus, the current national attachés network system was analyzed, consisting of 15 resident attachés who accumulate 24 other countries as non-resident attachés. As a result of the research, contributions are made to make the attaches network system more balanced and optimized.

Keywords

Defense Attaché; Defense Diplomacy; Economic diplomacy; Defense External Affairs



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AD	Adido de defesa
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
BTID	Base Tecnológica e Industrial de Defesa
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CICDE	<i>Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Experimentations</i>
CISMIL	Centro Informações e Segurança Militar
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CRP	Constituição da República Portuguesa
DCAF	<i>Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces</i>
DGPDN	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
DIREC	Direção de Recursos
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas Portuguesas
GLADM	Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares
IDD	idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais S. A.
IESM	Instituto de Estudos Superiores Miliars
IUM	Instituto Universitário Militar
L	Lacuna
LA	Linha de ação
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OE	Objetivo específico
OG	Objetivo geral
ONU	Organização das Nações Unidas
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
TII	Trabalho de Investigação Individual



UE

União Europeia



Introdução

Enquadramento e justificação do tema

A diplomacia portuguesa é um elemento essencial para a prossecução dos valores e interesses nacionais, no quadro da ação externa do Estado e afirmação internacional de Portugal, conforme explicita o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), utilizando diferentes instrumentos que para ela concorrem, de que são exemplo as Forças Armadas (FFAA), no domínio particular da diplomacia da defesa (Governo, 2013).

O mesmo CEDN identifica, como vetor e linha de ação estratégica, a consolidação das relações externas de defesa, nomeadamente, através de ações que visam potenciar as oportunidades no domínio da economia de defesa, relevando, deste modo, as responsabilidades dos atores da defesa na promoção da dimensão defesa da economia nacional, ou seja, associando a diplomacia de defesa à diplomacia económica do Estado.

Por seu lado, os adidos de defesa (AD), no quadro das suas atribuições e funções, são tidos como instrumentos essenciais para a realização dos objetivos da diplomacia de defesa, assegurando a ligação direta às entidades e organismos de defesa e militares, nos países onde estão acreditados, acrescentando, ainda, hoje em dia, responsabilidades referentes à promoção da indústria de defesa nacional que, como tal, concorrem ou são conexas com a referida diplomacia económica (Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015).

Este novo contexto para a diplomacia de defesa foi um dos fatores que suscitaram a necessidade de introdução de ajustamentos à função de adido e, também, à recente reconfiguração do dispositivo de adidos de defesa nacionais. Com efeito, a seleção dos países cobertos pelo novo dispositivo baseou-se num conjunto de critérios, abrangendo variáveis como as prioridades estratégicas do CEDN, os desafios colocados pelo atual ambiente securitário e também o enquadramento jurídico bilateral na área da defesa, que é a expressão da intensidade das relações bilaterais neste âmbito (Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015).

As novas orientações para a diplomacia de defesa têm assim um impacto relevante na gestão da rede de adidos, nomeadamente quanto à missão e funções atribuídas, ao conjunto de entidades com quem aqueles interagem, e, sobretudo, a escolha dos países onde a defesa pretende estar representada. Elas alargam a esfera de responsabilidades do AD e o seu campo de atuação, passando a incluir tarefas associadas ao novo domínio da economia de defesa, no que se afigura representar uma exigência adicional que terá potencialmente impacto no



foco e na disponibilidade dos AD para satisfazer eficazmente as tradicionais necessidades das Forças Armadas, no quadro da ação externa da defesa (Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015).

Neste novo contexto, considerou-se relevante investigar as alterações às funções e à rede dos AD, procurando identificar contributos para um modelo de dispositivo de AD, otimizado e equilibrado, que responda, quer às tradicionais necessidades da diplomacia de defesa, quer às novas necessidades no âmbito da diplomacia económica. Por outro lado, os trabalhos de investigação existentes sobre diplomacia de defesa, em geral, e sobre adidos de defesa, em particular, são escassos ou não refletem o novo contexto, razão pela qual consideramos que a investigação com o tema proposto – “Os Adidos de Defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas” – é oportuna e relevante.

Considera-se que os resultados do presente estudo merecem a potencial atenção das seguintes entidades e organismos associados à atividade do AD:

- o Ministério da Defesa Nacional (MDN), ao nível político, a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN);
- o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no âmbito diplomático;
- o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e os Ramos, em relação à cooperação bilateral e multilateral, e, mais especificamente, no âmbito da gestão dos cargos de AD;
- os AD, no cumprimento das suas funções;
- para a idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais S.A. (IDD), em particular, e as indústrias de defesa, em geral.

Esta investigação insere-se na área da administração, propondo-se estudar o papel do AD que decorre das atuais orientações estratégicas para a ação externa da defesa, considerando a melhor forma de otimizar a respetiva rede de implantação, à luz da envolvente internacional.

No plano nacional, a promoção da economia de defesa tem ganho cada vez mais espaço na agenda da ação governativa dos diferentes Governos. No setor da defesa, desde que a economia de defesa passou a estar na agenda da ação externa da defesa, têm vindo a ser desenvolvidas várias iniciativas, realçando-se a atribuição à empresa IDD da missão de promover e divulgar, nacional e internacionalmente, a atividade das empresas do setor da



Defesa, incluindo as que integram a Base Tecnológica de Indústrias de Defesa (BTID) nacional (Ministério da Defesa Nacional, 2015).

No plano externo, o ambiente austero dos últimos anos, que marcou a generalidade dos países europeus, reduziu os investimentos de defesa e afetou globalmente a BTID europeia. Deste contexto emergiram conceitos como o *Smart Defense*, no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte, ou o *Pooling and Sharing*, em relação à União Europeia (UE), ambos com objetivos afins, traduzidos na necessidade de promover uma maior cooperação de defesa visando projetos e iniciativas sinérgicas, comuns ou partilhadas, no âmbito militar, com o objetivo de gerar economias, edificar capacidades militares com menores custos, e no âmbito da BTID europeia, para que esta ganhe maior competitividade à escala global e resista melhor ao referido período de crise (Governo, 2013, pp. 28-29).

É neste novo contexto nacional e internacional que o papel do AD assume uma nova dimensão de responsabilidades que, por um lado contribui para a promoção da economia do país, porém, por outro poderá desviar o foco do adido em relação à diplomacia de defesa e diplomacia militar tradicionais.

Objeto do estudo e sua delimitação

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII) tem por objeto de estudo o atual dispositivo de AD e a forma como a sua implantação contribui para a satisfação das necessidades das FFAA e das indústrias de defesa nacionais, tendo presente o atual quadro político-estratégico, orientador das prioridades da ação externa da defesa, e a envolvente internacional.

Trata-se de uma problemática que se desenvolve num quadro de evolução do papel do adido de defesa, que se pretende adaptado às novas responsabilidades das FFAA e da defesa, enquanto instrumento que contribui ativamente para a ação externa da defesa e, por conseguinte, para a política externa do Estado.

A compreensão do objeto da investigação, a abordagem ao tema e a investigação, foram conduzidos de acordo com a estrutura-guia que se esquematiza na figura seguinte.

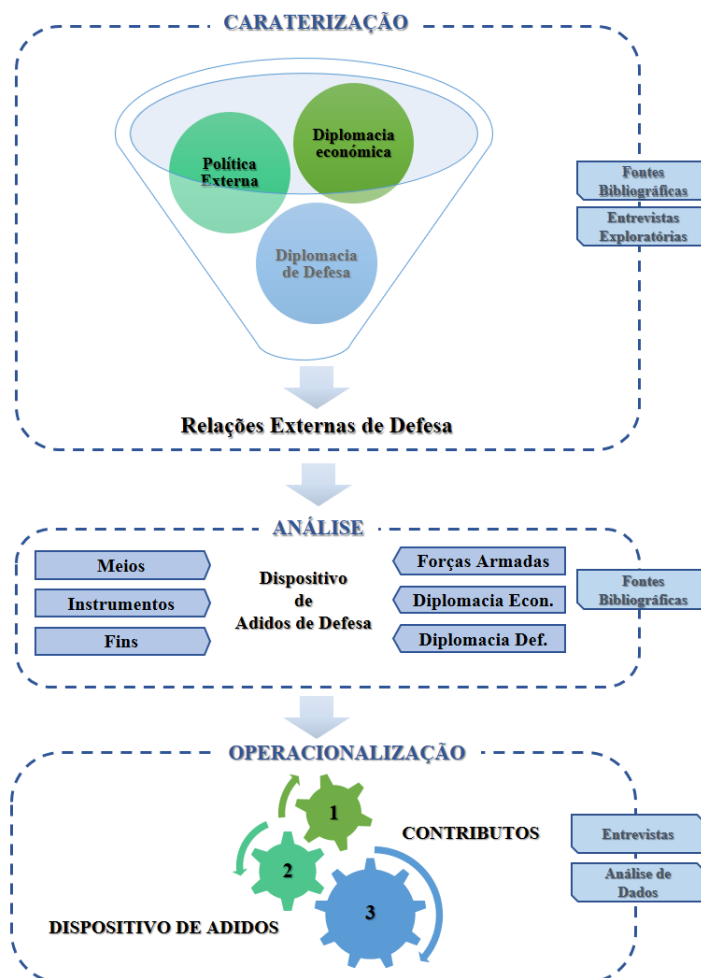


Figura 1 – Estrutura geral da investigação

Fonte: Autor (2017)

Considerando os constrangimentos da envolvente, a investigação foi limitada da seguinte forma:

- no tempo, circunscreve-se aos últimos 15 anos, sem prejuízo da análise pontual de informação anterior a este período, para melhor contextualizar a situação atual;
- no espaço, centra-se na realidade nacional, mas, face à natureza do tema, relacionado com a diplomacia, em geral, e as relações externas de defesa, em particular, analisa-se sumariamente abordagens afins seguidas por alguns países, aliados e parceiros, com maior relevo para aqueles nos quais Portugal possui representação diplomática;
- quanto ao conteúdo, excluiu-se a análise da representação militar nacional junto de organizações internacionais.



Objetivos da investigação

Partindo do objeto de estudo e das delimitações identificadas, definimos, como propósito para a presente investigação, um objetivo geral (OG) e três objetivos específicos (OE), os quais são apresentados conjuntamente na Tabela 1.

Tabela 1 - Objetivo geral e objetivos específicos

Objetivo geral	
Contribuir para a definição de um modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa que prossiga as orientações políticas para as relações externas de defesa, incluindo a promoção da economia de defesa e acautelando as necessidades específicas das Forças Armadas.	
Objetivos específicos	
OE1	Caraterizar a função e o atual dispositivo de adidos de defesa, no quadro das orientações políticas para as relações externas de defesa.
OE2	Analisar os objetivos gerais e as necessidades específicas da ação externa da defesa, em relação aos seus diferentes atores da defesa, incluindo os do domínio da economia de defesa.
OE3	Apresentar contributos para um modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa, otimizado e equilibrado, que responda ao conjunto de necessidades da ação externa de defesa.

Fonte: Autor (2017)

Questões da investigação

A fim de se conferir orientação ao trabalho de investigação, definiu-se uma Questão Central (QC), da qual se deduziram três Questões Derivadas (QD), apresentadas conjuntamente na tabela seguinte:



Tabela 2 – Questão central e questões derivadas

QC	Qual deverá ser o modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa que prossiga as orientações políticas atuais para as relações externas de defesa, incluindo a promoção da economia de defesa e acautelando as necessidades específicas das Forças Armadas?
QD1	Como se caracteriza a função e o atual dispositivo de adidos de defesa, no quadro das orientações políticas para as relações externas de defesa?
QD2	Quais são os objetivos gerais e as necessidades específicas da ação externa da defesa, em relação aos diferentes atores, incluindo os do domínio da economia de defesa?
QD3	Que contributos é possível avançar para otimizar e tornar mais equilibrado o modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa, face aos objetivos gerais e às necessidades específicas da ação externa da defesa?

Fonte: Autor (2017)

Breve síntese da metodologia da investigação

Esta investigação segue a orientação metodológica aplicável a trabalhos de investigação desenvolvidos no Instituto Universitário Militar (IUM), de acordo com o estabelecido nas normas ACA 010 e 018, de setembro de 2015 (IESM, 2015a) (IESM, 2015b), e nas Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação, de janeiro de 2016 (IUM, 2016).

Fase à natureza do estudo, o trabalho foi desenvolvido em conformidade com uma estratégia de investigação essencialmente qualitativa, adotou um raciocínio do tipo indutivo e como desenho pesquisa um estudo de caso. A recolha de dados assentou na análise documental e bibliográfica, tendo sido realizadas, adicionalmente, entrevistas semiestruturadas.

Seguindo as referidas orientações metodológicas (IUM, 2016), o percurso de investigação desenrolou-se em três fases – exploratória, analítica e conclusiva – conforme esquema apresentado na Figura 2.

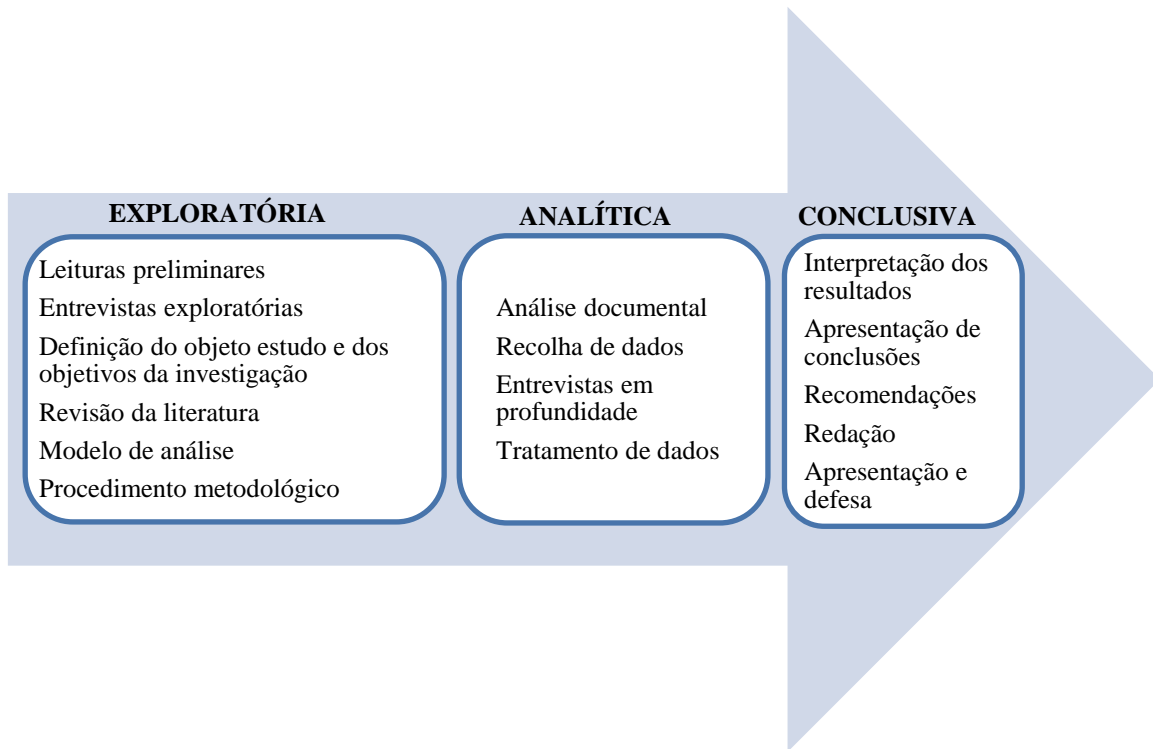


Figura 2 – Fases do percurso metodológico

Fonte: Autor (2017)

Assim, na fase exploratória procedeu-se à identificação do estado da arte, através do levantamento bibliográfico e leituras preliminares, da realização de entrevistas preliminares, designadamente no âmbito do MDN, incluindo a DGPDN, a DGRDN e o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, junto do Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares (GLADM), do Centro Informações e Segurança Militar (CISMIL), do EMGFA, e ainda com base em elementos de informação obtidos durante as conferências iniciais ao Curso de Promoção a Oficial General (CPOG). Partindo dos dados obtidos, foi definido o objeto de estudo, identificado o problema a investigar e definido o enquadramento conceptual, seguindo-se o estabelecimento dos objetivos da investigação e finalmente a dedução da questão central e das questões derivadas.

Na fase analítica, procedeu-se à recolha de dados com base em técnicas essencialmente documentais, complementadas com algumas entrevistas semiestruturadas, prosseguindo-se depois com a análise e tratamentos desses dados.

Por fim, na fase conclusiva, foram avaliados e discutidos os resultados, deduzidas as conclusões e recomendações finais, e redigido o presente relatório, para o qual foi adotado o estilo de referenciação bibliográfica *Harvard – Anglia*, tendo sido usadas as ferramentas de referenciação automática do *software* Microsoft Word 2016.



Organização do estudo

Procurando dar um sentido lógico a toda a investigação, o trabalho estrutura-se em quatro capítulos principais, para além desta parte que aborda os aspetos essenciais da investigação. O primeiro capítulo apresenta a revisão da literatura com o estado da arte sobre o que já foi feito neste domínio, introduz os conceitos estruturantes da investigação e termina com a descrição detalhada da metodologia seguida. Por sua vez, o segundo capítulo começa com uma descrição da evolução do cargo de AD, seguida pela respetiva caracterização institucional e termina com a identificação do atual dispositivo de implantação de AD. Segue-se o terceiro capítulo com um breve enquadramento conceptual sobre política externa e diplomacia de defesa, dando alguns exemplos internacionais, seguindo-se a caracterização institucional da envolvente política e funcional que contextualiza o desenvolvimento da função de AD, isto é, as relações externas de defesa. No quarto e último dos capítulos principais, analisa-se em detalhe o caso de estudo do dispositivo de AD nacional, com base nos dados recolhidos, a partir dos quais se formulam as recomendações da investigação. Finalmente, nas conclusões faz-se a síntese e avaliação final de toda a investigação.



1. Revisão da literatura e metodologia da investigação

Este primeiro capítulo tem como objetivo efetuar uma revisão da literatura e apresentar o percurso metodológico da investigação, descrevendo-se o modelo de análise, os conceitos estruturantes e a metodologia adotada.

1.1. A revisão da literatura

O processo de revisão da literatura permitiu fazer um ponto de situação sobre o conhecimento já existente sobre AD e também em relação aos domínios da diplomacia, em geral, diplomacia de defesa e diplomacia económica, em particular, e ainda sobre a área da economia de defesa, procurando identificar os principais conceitos subjacentes, métodos de investigação e estratégias de pesquisa seguidas em anteriores estudos, assim como controvérsias e questões por responder.

Assim, no que se refere a estudos sobre AD, identificou-se um único trabalho de investigação exclusivamente dedicado a este tema, da autoria de Daniel (2014), que descreve em detalhe o papel dos AD nos planos legal, funcional e hierárquico, apresenta contributos para a definição de um quadro de objetivos a implementar para a rede de adidos de defesa e, por fim, propõe um modelo de competências para a sua seleção e preparação. Trata-se de um estudo abrangente e detalhado, com grande enfoque nos aspetos funcionais do cargo e que sistematiza eficazmente a informação disponível sobre adidos, designadamente o vasto quadro normativo legal que lhes é aplicável. Apesar de desatualizado à luz das mais recentes orientações da política de defesa com impacto na ação dos adidos de defesa e respetivo dispositivo de implantação, o trabalho de Daniel foi um referencial de partida muito relevante para presente investigação, com o qual esta investigação partilha grande parte das fontes de informação primárias, visando validar, atualizar e sobretudo abordar o objeto de investigação de forma complementar.

Foram também identificadas duas Discussões Dirigidas exclusivamente dedicadas ao tema adidos de defesa, analisando o papel destes quando integrados num país africano e da CPLP (Saúde, 2016) ou as suas responsabilidades na articulação entre o MNE e o MDN (Gomes, 2010), e também um TII de Sousa (2011) sobre o papel do EMGFA na CTM, contendo uma breve descrição das responsabilidades do adido neste domínio. No seu conjunto, tratam-se de trabalhos relevantes porque permitem confirmar o quadro legal comum a partir do qual são extraídas as competências e as responsabilidades atribuídas ao adido, as quais enquadram e moldam o seu papel.



Ainda em relação a trabalhos de investigação afins ao tema, Sousa (2011) aborda as responsabilidades dos adidos de defesa no que concerne ao desenvolvimento da Cooperação Técnico Militar (CTM) e Ferreira (2013) elabora sobre a indústria nacional e a economia de defesa, no contexto global, e o seu contributo para a edificação das capacidades das Forças Armadas e para a economia nacional, enquanto Ferreira et al. (2015) fazem uma breve avaliação do contributo das Forças Armadas para o desenvolvimento da economia portuguesa. Apesar de relevantes na compreensão da evolução do papel do adido e da ligação das Forças Armadas à economia, principalmente os dois primeiros daqueles trabalhos não refletem a mais recente evolução, quer do modelo de gestão da CTM, quer daquele de promoção das indústrias de defesa, respetivamente.

No plano doutrinário e normativo, realça-se a publicação do EMGFA “Normas de administração do pessoal no estrangeiro” (2002), contendo os descritivos funcionais dos cargos de adidos, o Guia do Adido produzido pelo Gabinete de Ligação aos Adidos Militares da CISMIL e também uma publicação da Marinha, intitulada “Manual de Relações Externas da Armada” (Estado-Maior da Armada, 2013), a qual efetua um enquadramento global das relações externas de defesa, sendo sobretudo relevante para enquadrar e descrever o respetivo processo, incluindo intervenientes aos diferentes níveis e suas responsabilidades. Para além disso, são igualmente relevantes o vasto conjunto de disposições legais que abrangem e enquadram a função de adido de defesa e atual dispositivo de adidos.

Em termos de literatura internacional, realça-se um documento genérico sobre adidos de defesa produzido pelo *Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces*¹ (DCAF), com uma breve retrospectiva histórica do cargo, algumas definições, assim como um estudo comparativo entre modelos de gestão do cargo dos adidos implementados em diferentes países europeus (2007). Para além disso, encontraram-se apenas algumas referências pontuais à função de adido de defesa, em literatura no domínio da defesa, de resto, conforme conclusão igualmente confirmada pela investigação do DCAF (2007, p. 7). Ainda no plano internacional e no que se refere à diplomacia de defesa, deu-se particular atenção a alguma documentação sobre a organização de defesa do Reino Unido e de Espanha.

¹ O DCAF é uma fundação internacional que tem por missão assistir a comunidade internacional na prossecução de reformas e boa governação do setor da defesa e segurança. Foi fundada em 2000, tem sede em Genebra, Suíça e compreende atualmente 63 Estados-membro, entre os quais Portugal que aderiu em 2003.



1.2. Conceitos estruturantes

A investigação tem uma natureza interdisciplinar, abrangendo conceitos associados por um lado à política externa e diplomacia, em geral, à diplomacia de defesa e às relações externas de defesa, por outro, ao domínio da economia e das indústrias de defesa. Assim, com base nas entrevistas exploratórias e na literatura consultada, são seguidamente apresentados os conceitos chave que integram o quadro conceptual da investigação, alguns dos quais serão usados adiante para a construção do modelo de análise.

1.2.1. Adido de defesa

Para a DCAF (2007, p. 1), o AD é “um membro das FFAA servindo numa embaixada como representante do setor da defesa do seu país no exterior, beneficiando do estatuto e das imunidades diplomáticas. Trata-se de um termo genérico, que abrange o pessoal de todos os Ramos, ainda que alguns países, de maiores dimensões, designem um adido para representar cada um dos seus Ramos”, casos em que recebem as designações de adido naval, adido militar ou adido aeronáutico, respetivamente, da Marinha, Exército ou Força Aérea. No capítulo seguinte, desenvolver-se-á o conceito de AD.

1.2.2. Diplomacia

Segundo Adriano Moreira (Moreira, 1999, p. 53), a diplomacia é o “instrumento mais importante da política externa, entendido como a arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre Estados”.

A diplomacia pode igualmente ser definida como o “conjunto de atividades profissionais exercidas no âmbito das relações entre Estados e outros atores internacionais” tendo como objetivo “a preservação da paz e a prevenção dos conflitos”, observando-se que, no mundo atual, “é a atividade que põe em prática a política externa de um Estado” (Jesus, s.d., cit. por Mendes e Coutinho, 2014, pp. 151-152).

Para Magalhães (2005, p. 15), são várias as definições que se podem encontrar para o termo diplomacia, tanto na linguagem corrente como nas obras de especialistas em assuntos internacionais, do que pode resultar alguma confusão, e falta de clareza na abordagem teórica relativa às relações internacionais. Por essa razão, o autor apresenta o seu entendimento daquilo que designa por “diplomacia pura” que considera ser o “instrumento de política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre os diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas partes”, designados por “agentes diplomáticos” (2005, p. 92).



1.2.3. Diplomacia de defesa

O termo diplomacia de defesa tem uma origem relativamente recente. De acordo com o DECAF, começou a ser usado após o fim da Guerra Fria, altura em que a transformação do ambiente securitário implicou uma nova visão para o relacionamento entre Estados, no domínio da cooperação de defesa e segurança (2007, p. 2).

Segundo Ubah (2016, p. 25), o Reino Unido foi o primeiro país a adotar o conceito, no final da década de 90. Com efeito, na sequência da *Strategic Defence Review* de 1998, este país acrescenta a diplomacia de defesa ao anterior conjunto de sete missões para a defesa, descrevendo-a como sendo o “emprego de forças destinadas às várias atividades desenvolvidas pelo Ministério da Defesa para dissuadir hostilidade, desenvolver e manter confiança, e apoiar o desenvolvimento democratizado de forças armadas, por conseguinte, dando um contributo significativo à prevenção e resolução de conflitos” (Dodd e Oakes, 1998, p. 22).

Desde então, o conceito de diplomacia de defesa tem vindo a generalizar-se, como por exemplo em Espanha, país que apresentou no seu Plano de Diplomacia de Defesa de 2012 a seguinte definição: “conjunto de atividades internacionais baseadas principalmente no diálogo e na cooperação realizada pelo Ministério da Defesa a nível bilateral com os aliados, parceiros e países amigos, a fim de impulsionar o cumprimento dos objetivos da política de defesa em apoio à ação externa do Estado” (Ministerio de Defensa, 2011, p. 18). A diplomacia de defesa é hoje ali entendida como atividade que potencia e reforça as relações diplomáticas entre Estados, através da integração plena das capacidades próprias da defesa nacional, considerando-se diplomacia e defesa partes integrantes, permanentes e inseparáveis da uma única política externa do Estado (Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2016, p. 3).

Para Penedos (2017), a expressão diplomacia de defesa é a visão contemporânea da tradicional diplomacia militar desenvolvida ao longo de grande parte do século XX, refletindo a tendência crescente das últimas duas décadas, após a Guerra Fria, sobretudo nas democracias ocidentais, de usar os Ministérios da Defesa e as FFAA como meios para estabelecer e consolidar relações de cooperação com outros Estados, envolvendo não apenas quadros de cooperação entre aliados, mas também ações de cooperação com Estados em processos de transição democrática após períodos de conflito.



1.2.4. Diplomacia militar

Segundo propõe Roque (2015, p. 50) no final da sua investigação, a diplomacia militar é o “conjunto de contribuições das Forças Armadas para o exercício da diplomacia, no âmbito bilateral, contribuindo para a melhoria das relações entre Estados e para a prevenção e resolução de conflitos num ambiente pacífico, atuando como um instrumento da política externa e promovendo a afirmação de Portugal no mundo”.

Como se verá adiante, a diplomacia militar está na origem e evolução daquilo que hoje se aceita amplamente como sendo diplomacia de defesa.

1.2.5. Diplomacia económica

A diplomacia económica é entendida como a “atividade desenvolvida pelo Estado e seus institutos públicos fora do território nacional, no sentido de obter os contributos indispensáveis à aceleração do crescimento económico, à criação de um clima favorável à inovação e à tecnologia, bem como à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal” (Governo, 2006).

1.3. Metodologia

O estudo tem uma natureza multidisciplinar, cruzando os domínios da diplomacia e da economia, colocados no contexto da política externa e das relações internacionais, por um lado, e nas dimensões com interesse e relevância para a defesa e para as FFAA, por outro. Para conceptualização do tema da investigação, adotam-se os conceitos de ‘relações externas de defesa’, ‘economia de defesa’ e ‘dispositivo de AD’.

A subjetividade do objeto de estudo da investigação está intimamente ligada ao ambiente envolvente, no momento do tempo em que o estudo é realizado, não sendo, por isso, possível a sua tradução em dados. Com efeito, as opções que determinam a escolha do dispositivo de implantação de AD são dificilmente mensuráveis. Por isso, em conformidade com as orientações metodológicas adotadas, a natureza do presente estudo sugere que seja seguida uma estratégia de investigação essencialmente qualitativa e um raciocínio indutivo, na medida em que a interpretação e atribuição de significados aos fenómenos observáveis é realizada tão somente a partir de padrões encontrados nos dados recolhidos (IUM, 2016, p. 29).

O desenho da pesquisa selecionado foi o estudo de caso, dado enquadrar-se nas estratégias de investigação qualitativas e permitir explorar e aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo (IUM, 2016, p. 91).



Para recolha de dados, foi utilizada a técnica de pesquisa não documental, observação não participante, com recurso a entrevista semiestruturada, com o objetivo de aprofundar os tópicos em apreciação. Para tal, foi elaborado um guião de entrevista, com tópicos de estudo e perguntas abertas, as quais serviram essencialmente para orientar a conversa com cada entrevistado (IUM, 2016, pp. 93-100). As entrevistas foram presenciais e realizaram-se nos locais de trabalho dos respetivos entrevistados. O diálogo foi gravado e posteriormente transcrito para suporte papel e enviado a cada entrevistado, por correio eletrónico, para eventuais ajustamentos e validação final.

A seleção dos entrevistados procurou cobrir o universo das entidades e pontos de contactos na estrutura do MDN e das FFAA, e ainda com ligação à área das indústrias de defesa, com os quais os adidos de defesa interagem no quadro das suas dependências hierárquica e funcionais. Desta forma, foram selecionados o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), o EMGFA, a DGPDN, a DGRDN e os Ramos, e ainda a IDD fora da estrutura da Defesa, a quem se solicitaram as entrevistas. Foram realizadas todas as entrevistas propostas, de forma presencial, com exceção do CEMGFA cuja resposta aos tópicos/perguntas do guião enviado ficou de ser dada, por escrito.

Segundo Albarello, et al. (1997, p. 117, cit. por IUM, 2016, p 113), a estratégia de investigação qualitativa é flexível, facilitando a utilização de múltiplos métodos e procedimentos de análise, e abrangente por permitir analisar qualquer tipo de fontes. Como tal, para além das entrevistas, recorreu-se igualmente à técnica documental de recolha de dados (IUM, 2016, p. 93), a qual envolveu alguns estudos e literatura sobre o tema, para compreensão e enquadramento conceptual, o vasto conjunto de diplomas legais, que permitiram compreender a evolução e o enquadramento legal do cargo de AD, a documentação estruturante da defesa nacional, com destaque para o CEDN e, por fim, os principais diplomas orgânicos do MDN e estrutura superior da defesa nacional. Observa-se que, dada a dimensão da amostra e a natureza dos dados, não se afigurou possível recorrer a métodos de tratamento estatísticos para proceder ao respetivo tratamento.



2. Os adidos de defesa como instrumentos da ação externa da defesa

Após o capítulo introdutório, começa-se este segundo capítulo com uma breve contextualização histórica e evolutiva da função de adido até ao presente, prosseguindo-se com a caracterização do cargo de AD, essencial para se entender a forma como se processa a dinâmica do relacionamento em rede do dispositivo de AD atual, sendo esta apresentada no encerramento do capítulo.

2.1. Origem e evolução do cargo de adido de defesa

Os traços históricos do cargo de AD apontam a sua origem ao século XVII, à época da Guerra dos 30 Anos. Durante este conflito, o Duque de Richelieu enviava oficiais do seu exército, além-fronteiras, para junto das forças militares aliadas, a fim de acompanhar os desenvolvimentos militares e recolher informações. No século seguinte, iniciou-se a prática de designar oficiais para integrar as missões diplomáticas permanentes – as embaixadas – como adidos de defesa, a qual viria a generalizar-se ao longo do século XIX, encorajada, principalmente, pelo surgimento de forças militares nacionais e pelo desenvolvimento dos impérios coloniais. Ao longo do século XX assistiu-se a um grande crescimento das redes de adidos dos diversos países, em número e qualidade, por um lado devido ao aumento do número de Estados com forças armadas, por outro, devido à crescente diversidade e complexidade dos sistemas de armas e, sobretudo, e ainda à importância atribuída à recolha de informações militares (Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2007).

A relevância da função do AD sobressai em importantes momentos da história. Por exemplo, Cullen (1999) realçou a importância do seu contributo na observação e recolha de informações sobre as lições aprendidas durante a preparação fase inicial da I Guerra Mundial, que contribuíram para a validação da doutrina, armamento, organização e treino da Força Expedicionária de Combate dos Estados Unidos da América, que interviria no conflito na Europa a partir de 1917 e que foi decisiva para o seu desfecho um ano depois. Por seu turno, Kirkpatrick (1995) realçou o exemplo do adido militar americano em Tel Aviv, ao produzir um relatório dando conta da mobilização das FFAA israelitas em 1956, interpretando-a corretamente como seno a preparação para uma guerra dirigida ao Egito, informação então considerada de grande valor estratégico para o posicionamento prévio dos Estados Unidos da América (EUA) em relação ao conflito que eclodiria pouco depois na Crise do Suez.



Em 1961, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez aprovar a Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, consagrando definitivamente a função e o estatuto legal dos AD, enquanto membros integrados missões diplomáticas, conferindo-lhes as imunidades diplomáticas inerentes à função (1961).

Por fim, desde o final da Guerra Fria, a transformação do ambiente global de segurança tem tornado o papel dos adidos cada vez mais importante e ambicioso. Com efeito, a natureza da ação dos adidos deixou de ser exclusivamente militar, alargando-a ao campo mais amplo da diplomacia de defesa, onde se incluem os domínios da cooperação, o apoio ao desenvolvimento e reforma dos setores de defesa e segurança nos países em vias de democratização, o apoio às operações humanitárias, de manutenção de paz e gestão de crises, à partilha de informação face às novas ameaças, e à cooperação no domínio dos armamentos e industrial, associada à promoção da economia de defesa (Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2007).

2.2. O adido de defesa em Portugal

2.2.1. O conceito do cargo de adido de defesa

Os cargos de adido militar e adido naval em Portugal remontam, pelo menos, ao início da Primeira República. Com efeito, em 1913 o Ministério da Guerra faz publicar a Lei n.º 48, criando os cargos de adido militar em Berna e adido militar em Madrid, acumulando Berlim e Paris, respetivamente, e ainda o cargo de adido militar naval em Londres (Ministério da Guerra, 1913), designação esta que não voltou a ser usada.

Mais tarde, em 1917, são criados os cargos de adido naval em Londres e em Paris (Ministério da Marinha, 1917), seguindo-se em 1919 os cargos de adido militar em Roma, Rio de Janeiro e Nova-Iorque (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1919). O cargo de adido aeronáutico aparece referido pela primeira vez num diploma de 1958, com a abertura do posto respetivo junto da Embaixada de Portugal em Paris (Ministro da Defesa Nacional, 1958).

Já após a Revolução de Abril de 1974, sucedem-se neste mesmo ano vários diplomas de reconfiguração dos diferentes cargos então existentes, realçando-se a primeira e única referência ao cargo de adido das forças armadas², cujo oficial nomeado, escrevia-se então, “representa e serve o Estado-Maior-General das Forças Armadas” (Ministério da Defesa Nacional, 1974). Esta designação seria mais tarde substituída pela atual designação adido de defesa, cuja referência inicial apareceu, também, em 1974, associada à criação do

² Junto da missão diplomática em Pretória, em substituição do cargo de adido militar.



correspondente cargo junto da Embaixada Portuguesa em Washington (Ministério da Defesa Nacional, 1974).

Em 1981, foram estabelecidas em diploma próprio as bases da organização e funcionamento das missões militares junto das missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro, que ainda se mantêm em vigor (Conselho da Revolução, 1981). Ali se consagra a utilização do termo adido de defesa, função esta que no caso das missões com mais de um adido³ é exercida cumulativamente pelo oficial mais antigo entre os que exercem as funções de adido militar, adido naval ou adido aeronáutico.

2.2.2. Missão, atribuições e responsabilidades

Conforme determinado por despacho do Ministro da Defesa Nacional, “os adidos de defesa têm por missão a participação cooperativa na implementação da política externa de defesa nacional nos países onde se encontram acreditados, executando, com esta finalidade, atribuições gerais e atribuições de cooperação de defesa estruturada e de Cooperação Técnico-Militar” (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

2.2.3. Enquadramento regulamentar do cargo

O conjunto de diplomas com relevância para a evolução e definição do cargo de AD encontra-se no Apêndice A. Trata-se de um quadro legal complexo e disperso no tempo, encontrando as suas bases no direito internacional, concretamente na Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas aprovada no âmbito da ONU (1961). No plano nacional importa considerar legislação do âmbito do MNE, sobre a organização, funcionamento e pessoal das missões diplomáticas em geral, do âmbito interministerial entre o MDN, MNE e Ministério das Finanças, para questões do âmbito salarial e, finalmente, diversa legislação e normativos do âmbito da defesa nacional.

No Apêndice B identifica-se ainda o conjunto de diplomas exclusivamente relacionados com a reconfiguração do dispositivo ao longo do tempo, através da criação ou extinção *ad-hoc* de cargos, ocorridas entre reformulações globais do dispositivo.

2.2.4. Dependências hierárquicas, funcionais e orgânicas

No exercício das suas funções os AD dependem e relacionam-se com diferentes entidades, conforme resulta da interpretação do quadro legal e normativo aplicável e da prática corrente, que se apresenta nos parágrafos seguintes.

³ Paris, Londres, Madrid e Washington mantiveram dois ou mais oficiais adidos até 1999, ano em que Washington passou a ser a única missão não singular, com um total de três oficiais (Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional e das Finanças, 1999).



2.2.4.1. Do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Os AD dependem direta e hierarquicamente do CEMGFA, a quem compete, de acordo com a alínea l) do artigo n.º 11 da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho⁴, “Dirigir a ação dos representantes militares em representações diplomáticas no estrangeiro, sem prejuízo da sua dependência funcional da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional” (Assembleia da República, 2009b).

2.2.4.2. Do Centro de Informações e Segurança Militares

A operacionalização da ligação dos AD ao CEMGFA faz-se através da estrutura orgânica do EMGFA, através do CISMIL, ao qual compete, de acordo com o n.º 1 do Artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro⁵, “Coordenar as atividades dos adidos de defesa, de acordo com orientações e diretivas emanadas pelo CEMGFA”, dispondo, para tal, do “Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares (GLADM)”, conforme acrescenta a alínea e) do n.º 1 do Artigo 33.º do mesmo diploma (Governo, 2014b). O GLADM assume-se, assim, como o principal ponto focal de ligação entre os AD e a estrutura das FFAA.

2.2.4.3. Do Ministério da Defesa Nacional

Em 1991, por despacho do Ministro da Defesa Nacional, os AD passaram a “receber instruções e a comunicar diretamente com os Gabinetes do Ministro e do Secretário de Estado da Defesa Nacional e direções-gerais do Ministério da Defesa Nacional sobre assuntos de natureza político-militar”, comunicação essa dirigida à DGPDN para assuntos referentes à CTM (Ministro da Defesa Nacional, 1991).

Em 2011, reconhecendo a necessidade de contar com uma ação mais dinâmica dos AD no âmbito da implementação da política externa de defesa, definiram-se-lhes novas atribuições, as quais vieram reforçar a ligação funcional entre os AD e o MDN, em particular a DGPDN na área político-estratégica e em todos os assuntos da política de defesa, quando mandatado para o efeito, no domínio da cooperação de defesa estruturada, no domínio da CTM, quando aplicável, e finalmente na área da economia de defesa (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

No diploma que estatui a orgânica da DGPDN, estabelece-se que compete a esta direção-geral, entre outros, “planear e desenvolver as relações externas de defesa, em coordenação com as Forças Armadas e outros serviços centrais do MDN...”, “utilizando

⁴ Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA).

⁵ Lei Orgânica do EMGFA.



diretamente, através de relacionamento funcional, os adidos de defesa, ao nível político-estratégico e da cooperação no domínio da defesa, sem prejuízo da respetiva dependência orgânica” (Governo, 2015b).

A ligação à DGPDN assim estabelecida abrange, portanto, todas as questões de natureza político-estratégica, assim como a cooperação de defesa, bilateral e multilateral, e também a CTM, no aplicável.

2.2.4.4. Do chefe da missão diplomática

No Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de março, é referido que os AD fazem parte da missão diplomática em que servirem, cabendo ao respetivo chefe, ou seja, o Embaixador, a “orientação política e geral dos adidos” (Conselho da Revolução, 1981).

De igual forma, de acordo com os Artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, os AD, integrando as missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro, são considerados ‘pessoal especializado do MNE’ e, nessa condição, acompanham os assuntos da área para que foram nomeados, em articulação com a missão diplomática e sob direção do respetivo chefe, o Embaixador, (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2010).

Por outro lado, no Despacho n.º 01/MDN/2011, atribui-se aos AD a responsabilidade de manter o respetivo Embaixador informado sobre as iniciativas que se desenvolvam no âmbito da política externa de defesa” (Ministério da Defesa Nacional, 2011)

Deste modo, a ação do AD é objetivamente influenciada pela sua dependência em relação ao seu Embaixador, a qual é interpretado por Daniel (2014, p. 18) como estando situado “(tendencialmente) no plano funcional”.

Na figura seguinte, apresenta-se esquematicamente a rede de dependências do AD.

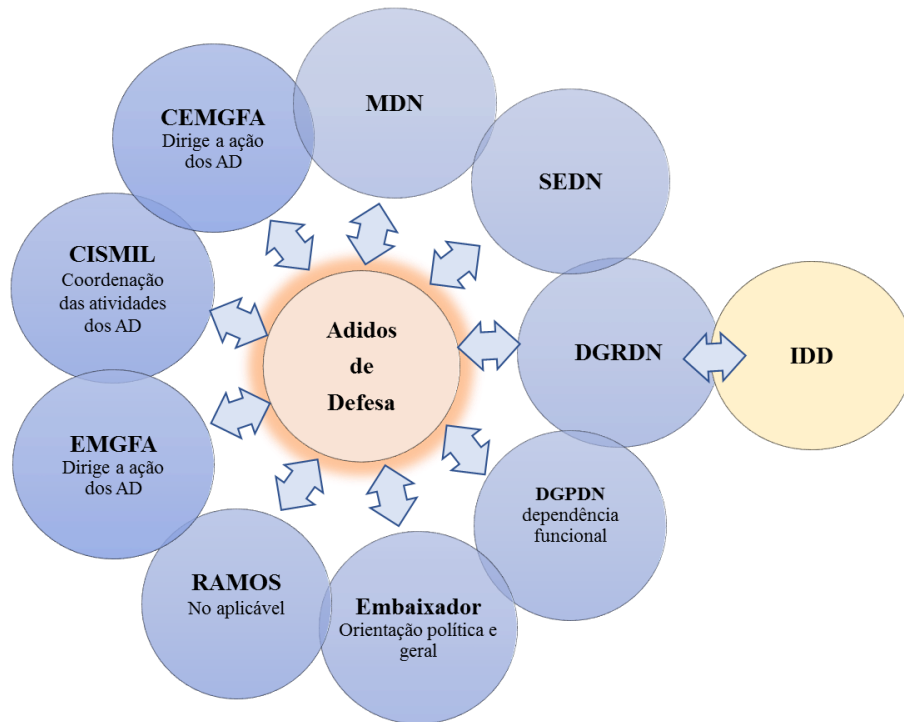


Figura 3 – Dependências do adido de defesa

Fonte: Autor (2017)

2.2.5. Seleção e preparação para o cargo

O processo de rendição do cargo de AD é dinamizado pelo EMGFA através da Divisão de Recursos (DIREC), segundo as normas estabelecidas para o efeito na publicação PEMGFA/PES 400, prevendo as fases seguidamente indicadas (Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2002):

- Divulgação, aos Ramos, dos cargos a preencher e respetivas qualificações;
- Seleção, pelos Ramos, do oficial com as qualificações requeridas;
- Indigitação do oficial designado, dos Ramos à DIREC/EMGFA, até 12 meses antes da tomada de posse;
- Nomeação, proposta pela DIREC, após verificação das qualificações;
- Preparação, a cargo da CISMIL, envolvendo um estágio a realizar nos 3 meses anteriores à tomada de posse;
- Tomada de posse do novo AD;
- Regresso do oficial ex-AD substituído, até 5 dias após a rendição.

A diversidade de tarefas e competências que são atualmente requeridas ao AD sugerem uma maior especialização técnica e também política, assim como adequados ajustamentos



ao processo de seleção e preparação dos militares nomeados para a função (Daniel, 2014, p. 10).

Igualmente relevante considera-se ser o cumprimento integral dos prazos previstos nas diferentes fases de rendição do cargo, o que nem sempre acontece em resultado da indigitação atrasada dos oficiais pelos Ramos, do que poderá resultar uma deficiente ou incompleta preparação para o cargo com impacto no desempenho do adido, especialmente numa fase inicial do início do exercício de funções (Mota, 2017).

2.3. O dispositivo dos adidos de defesa

2.3.1. O conceito de dispositivo dos adidos de defesa

Apesar do conceito de dispositivo dos adidos de defesa não se encontrar definido, desde 1999 que esta designação passou a ser utilizada nos diplomas relativos à reconfiguração do conjunto de missões militares junto das missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro. Por exemplo, na Portaria n.º 1001/99 de 10 de novembro, refere no seu preâmbulo o “dispositivo de implantação dos adidos de defesa, navais, militares e aeronáuticos” e descreve no seu anexo, em forma tabelar, o “elenco dos adidos e dos respetivos gabinetes”, identificados pela cidade de “representação diplomática” e cargos existentes, entre adidos e adjuntos (defesa, naval, militar e aeronáutico) e gabinete (secretário, tradutor, condutor, arquivista amanuense e outros). Na mais recente reconfiguração do dispositivo, resultante da Portaria n.º 780/2015, de 13 de outubro, no preâmbulo do diploma refere-se ao “dispositivo dos adidos de defesa”, mas também simplesmente ao “dispositivo”, enquanto o respetivo quadro anexo com a caracterização detalhada é intitulado de “dispositivo de adidos de defesa residentes e não residentes”.

A expressão ‘rede de adidos de defesa’ ou simplesmente ‘rede de adidos’ surge também em alguns documentos. Todavia, quando comparada com ‘dispositivo de adidos’, Daniel (2014, p. 55) atribui ao termo ‘rede de adidos de defesa’ um sentido mais amplo e funcional, descrevendo-o de forma precisa como sendo um “conjunto integrado de AD que atua de forma concertada, com base numa estratégia superiormente definida, constituindo uma estrutura com um padrão cultural, procedimental próprio, que partilha informação relevante em tempo real através de relacionamentos horizontais e verticais, e que faz circular elementos materiais e/ou imateriais entre os seus elementos, de forma a cumprir a sua missão em benefício dos interesses nacionais”.

Na literatura estrangeira consultada, é comum a utilização da expressão ‘sistema de adidos de defesa’, neste caso entendido o dispositivo de adidos em sentido lato, referindo-se



não apenas ao conjunto de adidos e suas missões no estrangeiro, mas também aos órgãos da estrutura de defesa dos quais dependem ou interagem, como um todo funcional e organizado (Kirkpatrick, 1995; Gouvernement suisse, 2006; Defense Intelligence Agency, s.d.)

Assim, o conceito de ‘rede de AD’, descrito por Daniel, aproxima-se mais do que é entendido por ‘sistema de adidos’, enquanto a utilização comumente usada entre nós de ‘dispositivo de adidos de defesa’, ou apenas ‘dispositivo de adidos’, será adotada neste trabalho em sentido literal, isto é, para descrever o conjunto de adidos e respetivas missões militares nacionais junto de missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro. A cada unidade organizacional assim constituída tem sido atribuída a designação de Gabinete do Adido de Defesa (Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015).

2.3.2. Dispositivo de adidos atual

O dispositivo de AD tem evoluído de forma muito dinâmica ao longo do tempo, sendo frequente a publicação isolada de diplomas de criação ou extinção de cargos. Em Apêndice B junta-se da legislação relevante nesse âmbito.

Atualmente, o dispositivo de AD nacional em vigor foi aprovado em 2015 e prevê a existência de 15 adidos de defesa implantados em outras tantas missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro, na modalidade de adido residente. O dispositivo prevê igualmente que 13 dos 15 AD residentes sejam acreditados em 29 países adicionais, na modalidade de AD não residentes, elevando dessa forma o nível de ambição para um total de 44 países abrangidos (Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015). A distribuição dos adidos e também a lotação dos respetivos Gabinete consta da Tabela 3.

Tabela 3 – Dispositivo de adidos de defesa, residentes e não residentes

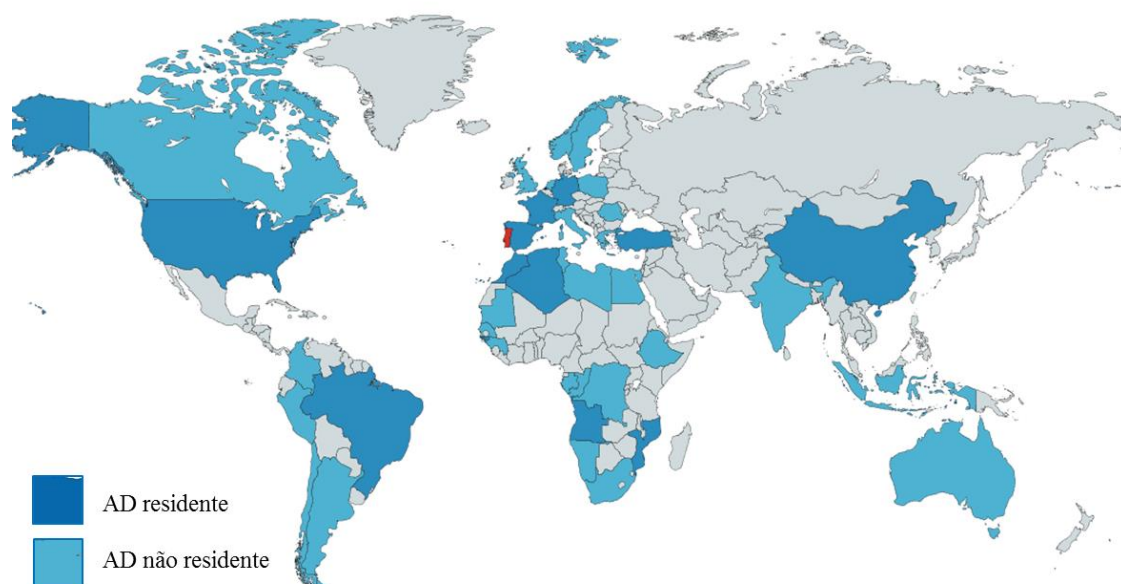
Missão diplomática	AD residente	Secretário	Tradutor	Condutor	Arquivista/amanuense	Efetivos totais	Acumulação, como AD não residente
Ancara (*)	1	-	-	-	-	1	Bucareste (*) e Nova Deli (*)
Argel	1	-	-	-	1	2	Cairo (*) e Tripoli (*)
Berlim	1	-	1	-	1	3	Estocolmo, Oslo (*) e Varsóvia
Bissau	1	-	-	-	1	2	Dacar
Brasília	1	-	-	-	-	1	Buenos Aires, Montevideu, Santiago do Chile
Cidade da Praia	1	-	-	-	-	1	
Dili	1	-	-	-	1	2	Caberra e Jacarta
Luanda	1	-	-	-	1	2	Brazzaville (*), Kinshasa e Windhoek (*)
Madrid	1	-	-	-	1	2	Bogotá, Lima e Londres
Maputo	1	-	-	-	1	2	Adis Abeba (*) e Pretória (*)
Paris	1	-	-	-	1	2	Atenas (*), Haia (**) e Roma (*)
Pequim	1	-	1	-	-	2	
Rabat	1	-	-	-	-	1	Tunes e Nouakchott
São Tomé	1	-	-	-	-	1	Libreville (*) e Malabo (*)
Washington	1	-	-	-	1	2	Otava
Totais	15	0	2	0	9	26	29 países com AD não residente

Notas: (*) - aguarda acreditação; (**) A transferir do AD em Berlim no final de 2017.

Fonte: adaptado pelo autor (Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015).

O dispositivo de adidos descrito encontra-se ainda em fase de implantação, até 2018, faltando ocupar o lugar de AD residente em Ancara e 12 cargos de AD não residentes (Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares, 2017).

Uma vez totalmente implementado, o dispositivo de adidos oferecerá a cobertura representada no mapa da Figura 4.


Figura 4 – Mapa global do dispositivo de adidos de defesa

Fonte: Autor (2017)



A análise deste dispositivo e dos critérios que lhe estão subjacentes serão tratados mais adiante.

2.4. Síntese conclusiva

A origem do cargo de adido remonta ao século XVII, mas foi ao longo do século passado que se consolidou a prática de integrar oficiais nas missões diplomáticas do país no estrangeiro, com estatuto diplomático, com a função de representar as suas FFAA e recolher informações sobre a envolvente militar. Já após a Guerra Fria, as funções do adido acompanharam a evolução do contexto securitário, mais ligado às questões do desenvolvimento de quadros de cooperação militar e de defesa, incluindo domínios não militares como o da economia de defesa, passando a assumir a atual designação mais abrangente de ‘adido de defesa’.

Em Portugal, o Ministro da Defesa Nacional clarificou em 2011, através de despacho, que os AD têm por missão a “participação cooperativa na implementação da política externa de defesa nacional nos países onde se encontram acreditados, executando, com esta finalidade, atribuições gerais e atribuições de cooperação de defesa estruturada e de Cooperação Técnico-Militar”.

Contudo, os AD mantêm-se na dependência hierárquica do CEMGFA, de quem recebem orientações, e ligam-se funcionalmente ao GLADM/CISMIL para todas as questões relacionadas com as FFAA, diretamente com os Gabinetes do Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional sobre assuntos de natureza político-militar e DGPDN para questões de cooperação de defesa e CTM. Por outro lado, os AD dependem igualmente do seu Embaixador de quem são conselheiros.

O atual dispositivo de AD foi aprovado em 2015 e está em fase de implementação até 2018, contando com 15 AD residentes, os quais cobrem adicionalmente 29 outros países na modalidade de adido de defesa não residente.

Desta forma, caracterizou-se o atual dispositivo de adidos de defesa, no que respeita ao cargo de AD propriamente dito, mas também em relação à implantação atual da rede adidos, considerando-se, assim, ter sido respondida à QD1 – “Como se caracteriza a função e o atual dispositivo de implantação de adidos de defesa, no quadro das orientações políticas para as relações externas de defesa?”.



3. Política externa, diplomacia e relações externas de defesa

Depois da caracterização da função do AD e da apresentação do dispositivo de implantação dos AD, efetuadas anteriormente, este capítulo descreve e analisa o contexto político e funcional das relações externas de defesa, no qual se desenvolve a ação do AD.

3.1. Breve panorama internacional da diplomacia de defesa

A diplomacia de defesa contemporânea envolve um leque abrangente de atividades e de atores que no passado recente foram globalmente consideradas como cooperação militar ou assistência militar.

Para Penedos (2017, pp. 63-65), a cooperação e assistência militar foram, historicamente, uma parte substantiva da política de equilíbrio de poderes dos Estados na prossecução dos seus interesses nacionais, muitas vezes impulsionados pela lógica de contraposição à influência soviética e do comunismo junto das suas anteriores colónias ou províncias ultramarinas, que a Guerra Fria acentuou. Após o fim desta última e o consequente afastamento do espetro do confronto dos blocos este-oeste, criou-se uma nova perceção do ambiente de segurança e defesa global e também uma abordagem mais holística do papel das FFAA na política de defesa e na segurança coletiva. A autora acrescenta que, desde a última década do século passado, “a tradicional diplomacia militar deixou de ser exclusivamente militar para abranger outras dimensões – política, económica e social – dando origem ao conceito de diplomacia de defesa”.

O Reino Unido foi pioneiro na adoção da diplomacia de defesa, como referimos no capítulo 1. Segundo o conceito inglês, enquanto uma das oito missões militares de defesa, as atividades da diplomacia de defesa foram divididas nas seguintes três áreas principais (Mäder, 2004, pp. 193-194):

- um programa de cooperação com países do leste e centro europeu, designado por *outreach*, envolvendo visitas, assistência militar, exercícios conjuntos e programas de treino;
- atividades de diplomacia de defesa com países de outras regiões do mundo;
- e, controlo de armamento, incluindo medidas de fortalecimento da confiança⁶ e iniciativas relacionadas com a não-proliferação.

Em França, apesar dos livros brancos da defesa de 2008 e de 2013 não mencionarem explicitamente diplomacia de defesa, Chauvancy (2014) recorda-nos que o conceito encontra-se definido na doutrina conjunta das FFAA francesas desde 2002. De facto, no

⁶ *Confidence-building measures*, termo este que, entre nós, é frequentemente usado sem tradução.



último *Livre Blanc Défense et Sécurité Nationale 2013*, no quadro da abordagem global à gestão de crises no exterior, a única utilização do termo diplomacia aparece quando ali é referido que o modelo de FFAA francesas deve ser capaz de “desenvolver ações de médio e longo prazos, numa lógica tanto de diplomacia de influência como de diplomacia económica” (Commission du Livre Blanc, 2013, p. 99). Enquanto isso, desde 2002 que o *Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d’Experimentations* (CICDE) das FFAA francesas definiu, na doutrina militar deste país, diplomacia de defesa como sendo a “participação das FFAA nas ações da diplomacia francesa visando prevenir qualquer risco de crises e contribuir para os objetivos da França no exterior. Fora de qualquer crise declarada no dado país, inclui o recurso a meios militares, constituindo um instrumento privilegiado da estratégia de influência da França” (CICDE, 2012).

França tem mantido fortes ligações de defesa com as suas antigas colónias e tem igualmente desenvolvido atividades com o centro e leste europeu. Por sua vez, em África, passou dos interesses exclusivamente focados no domínio económico, relativos à venda de armamento, para uma estratégia mais ampla, incluindo a promoção de relações civil-militar mais democráticas e apoio regional ao desenvolvimento de capacidades de apoio à paz (Cottey e Forstser, 2004, p. 11).

Em Espanha, diplomacia de defesa é um conceito formalmente assumido pela defesa desde a revisão estratégica de 2003 e compreende o “conjunto de atividades baseadas principalmente no diálogo e cooperação, realizadas no âmbito do seu Ministério da Defesa a nível bilateral com os aliados, parceiros e países amigos, no cumprimento dos objetivos da política de defesa em apoio à ação exterior do Estado” (Ministerio de Defensa, 2011, p. 18).

O país dispõe de um Plano de Diplomacia de Defesa, elaborado pelo *Ministerio de Defensa* em coordenação com o *Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación*, que se constitui um guia e uma ferramenta de coordenação das relações externas de defesa. Nele se estabelecem as prioridades, os meios e os mecanismos para alcançar os objetivos delineados (Ministerio de Defensa, 2011, pp. 6-7).

A diplomacia de defesa é assim entendida explicitamente como uma missão da defesa que tem nas FFAA o seu principal instrumento. São várias as atividades que concorrem para os objetivos da diplomacia de defesa e elas podem ser encontradas na generalidade dos países avaliados. Na tabela abaixo apresenta-se uma lista de possíveis atividades no domínio da diplomacia de defesa.



Tabela 4 – Exemplos de atividades de diplomacia de defesa

	Descrição
1	Contatos bilaterais e multilaterais entre altos representantes de defesa e chefias militares.
2	Nomeação de adidos de defesa em países estrangeiros.
3	Acordos bilaterais de cooperação e defesa.
4	Formação e treino de militares e pessoal de defesa estrangeiros.
5	Assessoria técnica militar e aconselhamento nas áreas de controlo da democratização das FFAA e de gestão da defesa e de áreas militares técnicas.
6	Contactos e intercâmbios entre pessoal militar e unidades, e visitas de navios.
7	Colocação de militares ou pessoal civil nos Ministérios da Defesa ou Forças Armadas dos países parceiros.
8	Destacamento de equipas de formação e treino.
9	Fornecimento de equipamento militar e outras ajudas materiais.
10	Exercícios bilaterais ou multilaterais de treino militar.

Fonte: (Cottey e Forstser, 2004, p. 7)

3.2. Política externa e diplomacia

3.2.1. Formulação da política externa

O conceito de política externa contrapõe-se ao de política interna, por se referir à atividade desenvolvida por um Estado no domínio externo, ou seja, para além das suas fronteiras políticas, visando obter um determinado resultado em relação a outro Estado. Política externa pode assim definir-se como o “conjunto das decisões e ações de um Estado em relação ao domínio externo” (Magalhães, 2005, pp. 22-23).

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (CRP), “o Governo é o órgão de condução da política geral do país”⁷ e do seu programa constam as “principais orientações políticas e medidas a adotar ou propor nos diversos domínios da atividade governamental”⁸ (Assembleia da República, 2005).

Entre os setores do Estado, o MNE é o “departamento governamental que tem por missão formular, coordenar e executar a política externa de Portugal”⁹ e prossegue, entre outras atribuições, a de “preparar e executar a política externa portuguesa, bem como coordenar as intervenções, em matéria de relações internacionais, de outros departamentos, serviços e organismos da Administração Pública”¹⁰, “definir e executar a política de cooperação para o desenvolvimento, especialmente com Países Africanos de Língua Oficial

⁷ Artigo 182.º.

⁸ Artigo 188.º.

⁹ Artigo 1.º.

¹⁰ Alínea a), do n.º 1, do artigo 2.º.



Portuguesa e Timor-Leste”¹¹. Em articulação com outros ministérios, o MNE prossegue, ainda, como atribuição, a “definição do quadro político de participação das Forças Armadas e das Forças de Segurança portuguesas em missões de carácter internacional”¹² e a “prossecução da diplomacia económica”¹³ (Governo, 2011).

3.2.2. Diplomacia, um instrumento da política externa

A execução da política externa recorre a vários meios, constituindo a diplomacia o mais importante, segundo Adriano Moreira (1999, p. 53). Por outro lado, para Magalhães (2005, p. 39), os meios da política externa podem ser classificados de não violentos, como a diplomacia, ou violentos, de que a guerra é o exemplo extremo

Como decorre das atribuições que o MNE prossegue, a execução da política externa requer a coordenação dos diferentes setores do Estado em relação à respetiva ação externa, entre os quais o setor da defesa. Nesse sentido, refere o programa do atual Governo que “a defesa nacional encontra na ação das FFAA um instrumento essencial de política externa” (2015, p. 51).

Podemos assim afirmar que, para a diplomacia desenvolvida no âmbito do MNE, concorrem as atividades de ação externa desenvolvidas no quadro da execução das diferentes dimensões setoriais da política externa e que, por isso, são por vezes associadas a áreas particulares da diplomacia, como é o caso da diplomacia económica.

3.2.3. Diplomacia de defesa e relações externas de defesa

Em Portugal, apesar da cooperação militar externa ser anterior à democracia, o termo diplomacia de defesa não é utilizado, nem se conhece registo desta expressão ter sido referenciada em documentos estratégicos, políticos ou militares (Penedos, 2017, p. 98). De facto, trata-se de uma expressão que tem sido evitada, por não ser consensual a sua utilização no domínio da defesa e das FFAA, face à preferência, no MNE, de preservar a utilização do termo diplomacia exclusivamente para as atividades conduzidas no âmbito deste ministério. Desse modo, afirma-se que a defesa não faz mas contribui para a diplomacia, tal como esta é definida pelos negócios estrangeiros, sendo como tal mais adequado usar-se o termo ‘relações externas de defesa’ em vez de ‘diplomacia de defesa’ (Torres, 2017).

Concluiu-se assim pela preferência na utilização da expressão relações externas de defesa para designar o conjunto das ações externas de defesa que são desenvolvidas no

¹¹ Alínea h), do n.º 1, do artigo 2.º.

¹² Alínea c), do n.º 2, do artigo 2.º.

¹³ Alínea d), do n.º 2, do artigo 2.º.



quadro da política externa de defesa nacional, conduzidas no âmbito do MDN, às quais muitos países atribuem a designação genérica de diplomacia de defesa.

3.3. As relações externas de defesa

A documentação estruturante das relações externas de defesa é a seguinte:

- a CRP, que constitucionaliza a participação das Forças Armadas em missões internacionais¹⁴ e nas ações de CTM integradas na política nacional de cooperação¹⁵ (Assembleia da República, 2005);
- o Programa do Governo, que estabelece as orientações políticas gerais para a legislatura¹⁶, onde se incluem a política externa, a política de defesa nacional e a política de cooperação (Assembleia da República, 2005);
- o CEDN que define as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional¹⁷ (Assembleia da República, 2009a);
- a LDN e a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas que atribuem às FFAA a missão de desenvolver as ações de CTM;
- as leis orgânicas do MDN, DGPDN, EMGFA e Ramos que estabelecem a organização e atribuições dadas aos diferentes órgãos e a diferentes níveis, no domínio da ação externa da defesa.

3.4. Diplomacia económica e economia de defesa

3.4.1. Diplomacia económica

Com a globalização económica, a abertura dos mercados ao exterior e o aumento dos fluxos comerciais entre países, os processos de desenvolvimento económico e de geração de riqueza e bem-estar dos Estados requerem um novo enfoque no relacionamento económico internacional e a necessidade de incorporar conteúdos de ordem económica nas políticas externas e na diplomacia, com vista a projetar, valorizar e dinamizar a economia do país no exterior, seja para a sua internacionalização, seja para atrair investimento externo. Para a economia portuguesa essa nova diplomacia económica torna-se ainda mais relevante, em virtude da pequena dimensão do mercado interno e elevada dependência da abertura e penetração nos mercados externos, de forma competitiva e sustentada (Castro, 2008).

Entre nós, os sucessivos Governos têm adotado estratégias e criado modelos de organização que gerem sinergias e assegurem a necessária coerência nas políticas e ação

¹⁴ Número 5, do artigo 275.º.

¹⁵ Número 6, do artigo 275.º.

¹⁶ Artigo 182.º.

¹⁷ Número 1, do artigo 7.º.



externa dos diferentes setores do Estado e agências públicas envolvidas na promoção da economia do país.

No atual modelo de governação neste domínio, adotado desde 2011, compete ao MNE a condução da diplomacia económica portuguesa, apoiando a internacionalização da economia e promovendo os interesses das empresas portuguesas no domínio do comércio e do investimento, a nível global, em articulação com os demais ministérios com competência nesta área (Governo, 2011). Neste âmbito, a lei orgânica do XXI Governo Constitucional atribui ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a superintendência e tutela sobre a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), em coordenação com o Ministro da Economia¹⁸ (Governo, 2015a).

A AICEP tem como principais atribuições promover a internacionalização das empresas portuguesas e apoiar a sua atividade exportadora, captar investimento estruturante e promover a imagem de Portugal, contando, para o efeito, com mais de 200 profissionais espalhados por uma vasta rede externa com 67 postos¹⁹, integrados nas missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro (AICEP, 2017).

3.4.2. A economia de defesa

A promoção da economia de defesa é uma competência do Ministro da Defesa Nacional, prossequindo o MDN, entre outras, a atribuição de conceção, desenvolvimento, coordenação e execução da política relativa à promoção da BTID²⁰ (Governo, 2014). Potenciar das oportunidades externas da economia de defesa é, desde logo, uma das linhas de ação estratégicas, identificadas no CEDN e consta também do programa do XXI Governo Constitucional que apresenta algumas medidas de estímulo, nomeadamente a intervenção do Estado no setor como agente facilitador da internacionalização das indústrias de defesa (Governo, 2015, p. 53).

O caráter transversal e integrador dos diversos setores tecnológicos das indústrias de defesa representam um mercado de elevada exigência e intensidade tecnológica, razão pela qual o investimento na BTID tem um efeito estruturante que se estende a toda a economia nacional. Esta razão, entre outras, tem levado a uma crescente atenção dada às políticas de defesa relativas à promoção da BTID, com destaque para a aprovação em 2010 da respetiva estratégia (Governo, 2010).

¹⁸ N.º 3 do artigo 12.º.

¹⁹ Distribuídos da seguinte forma: Europa (22), Américas (11), África (11), Médio-Oriente (5), Ásia (17) e Oceania (1).

²⁰ Alínea l) do artigo 2.º.



Já em 2015 foi aprovado por despacho do Ministro da Defesa Nacional um novo modelo de promoção da BTID e da economia de defesa, centrado e dinamizado pela IDD, que se posicionará entre o MDN e o conjunto das indústrias de defesa (Ministério da Defesa Nacional, 2015). O novo modelo estabelece, entre outros aspetos, que a IDD se articule com os serviços centrais do MDN, o EMGFA e os Ramos, recorrendo também à rede de AD (Ministério da Defesa Nacional, 2015).

3.5. Síntese conclusiva

Verificámos que a tradicional ‘diplomacia militar’ evolui atualmente para o conceito mais amplo de ‘diplomacia de defesa’, conceito este que nasceu no Reino Unido no final da década de 90 e é desde então assumido com uma das oito missões da defesa. Em Espanha, tal como muitos outros países, este conceito foi adotado pela defesa para designar um vasto conjunto de ações externas, que incluem, entre outras, visitas bilaterais entre altos representantes da defesa, nomeação de adidos de defesa, acordos bilaterais, formação e treino militar, intercâmbio de pessoal militar ou civil, fornecimento de material ou exercícios militares.

Em Portugal, a política externa, definida pelo Governo, é conduzida no âmbito do MNE, tal como a diplomacia. Por esta razão, a utilização da expressão ‘diplomacia de defesa’ deve ser evitada, preferindo-se a designação equivalente e mais neutra de ‘relações externas de defesa’.

As relações externas de defesa enquadram-se num conjunto de documentos estruturantes que incluem a CRP, o Programa do Governo, o CEDN, a LDN e a LOBOFA, assim como as leis orgânicas do MDN, DGPDN, EMGFA e Ramos. Entre estes documentos, sobressai o CEDN que contém as orientações e prioridades estratégicas para a defesa, designadamente as que se relacionam com a dimensão externa da política de defesa.

Por fim, constatámos que a promoção da economia de defesa recebeu nos últimos anos um novo impulso com a criação da IDD, entidade que, tutelada pelo Ministro da Defesa Nacional, tem por missão promover e dinamizar a BTID e a economia de defesa em geral, em articulação próxima com o MDN, o EMGFA e os Ramos, por um lado, e as empresas que promove, por outro. Neste processo, os AD intervêm igualmente na procura de oportunidades no exterior e também como facilitadores no desenvolvimento das atividades neste domínio que possam ocorrer nos respetivos países de acolhimento.

Desta forma, considera-se terem sido analisados os objetivos gerais e as necessidades específicas da ação externa da defesa, em relação aos seus diferentes atores, incluindo os do



domínio da economia de defesa, respondendo assim à QD2 – “Quais são os objetivos gerais e as necessidades específicas da ação externa da defesa, em relação aos diferentes atores, incluindo os do domínio da economia de defesa?”.



4. Contributos para o modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa

Este capítulo faz a ponte entre a fase analítica e a fase conclusiva da investigação. Começa-se por fazer a avaliação sumária do atual dispositivo de implantação de AD, à luz dos elementos de informação analisados nos anteriores capítulos e que foram obtidos por via documental, seguindo-se a análise, tratamento e apresentação dos dados complementares, obtidos por questionário. No final, produzem-se os contributos para um modelo de implantação do dispositivo de AD.

4.1. Análise sumária do atual dispositivo de implantação de adidos de defesa

Na definição do atual dispositivo atual de AD foram tomados em consideração, objetivamente, os seguintes critérios (Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015):

- Interesses estratégicos no âmbito *North Atlantic Treaty Organization* (NATO)/União Europeia (UE);
- Iniciativa 5+5 Defesa;
- Golfo da Guiné;
- Economia de Defesa;
- Instrumentos bilaterais de defesa.

Os países e regiões cobertos estão em sintonia com a geografia de prioridades definida no CEDN, designadamente:

- A Europa como a principal área de interesse estratégico;
- O espaço euro-atlântico;
- O Atlântico em geral;
- O Magrebe;
- Por último, a Ásia.

4.2. Análise e tratamento dos dados recolhidos

A finalidade deste subcapítulo é apresentar os resultados que foram obtidos através das entrevistas, as quais constituíram uma das técnicas de recolha de dados, usada durante a investigação. A opção de recolha recaiu na utilização de entrevistas semiestruturadas, as quais foram conduzidas presencialmente com base no guião preparado para o efeito (em Apêndice C), contendo tópicos avançados que ajudaram à compreensão do tema e as perguntas que permitiram o enfoque mínimo nos objetivos de recolha de informação, evitando desse modo a dispersão em matérias sem relevo para o estudo.



A escolha dos entrevistados foi intencional, permitindo desse modo selecionar as entidades e órgãos representados que melhor conhecem e maior experiência detêm em relação à realidade da função de AD, uma vez que cada uma delas exerce responsabilidades diretas no relacionamento entre AD e as diferentes estruturas de defesa envolvidas. Foram assim efetuadas um total de oito solicitações de entrevistas, das quais foram realizadas sete, conforme Tabela seguinte:

Tabela 5 – Lista de entrevistados

#	Data	Nome	Funções
E1	30/03/2017	Dr. Nuno Pinheiro Torres	Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional / MDN
E2	21/04/2017	MGEN Henrique José da Silva Castanheira Macedo	Subdiretor-Geral de Recurso da Defesa Nacional / MDN
E3	04/04/2017	CMG Manuel Amaral Mota	Chefe do Gabinete de Ligação aos Adido de Defesa e Militares / CISMIL / EMGFA
E4	29/03/2017	CMG Domingos Vaz	Chefe da Divisão de Relações Externas do Estado-Maior da Armada / Marinha
E5	29/03/2017	TCOR INF Marco Aurélio dos Santos Silva	Chefe da Repartição de Relações Bilaterais e Ligação aos Adidos / Divisão de Cooperação Operações, Informações e Segurança / Estado-Maior do Exército / Exército
E6	30/03/2017	TCOR Pedro Gaudêncio	Chefe da Repartição de Relações Externas / Divisão de Operações / Estado-Maior Força Aérea / Força Aérea Portuguesa
E7	27/03/2017	Dr. Miguel Botelho de Sousa	Administrador Executivo da idD – Plataforma de Indústrias de Defesa Nacionais S. A.

Fonte: Autor (2017)

Da lista inicial solicitada não foi concretizada a entrevista ao CEMGFA, reconhecendo-se, por isso, a limitação da investigação não ter conseguido colher a sensibilidade da entidade de quem dependem diretamente os AD. De qualquer modo, esta vulnerabilidade encontra-se parcialmente mitigada com a entrevista realizada junto do responsável do CISMIL/GLADM, sendo este o órgão que, na estrutura orgânica do EMGFA e na direta dependência do CEMGFA, assume o papel central na ligação orgânica e funcional aos AD.

A observação dos dados das entrevistas, cuja síntese encontra-se em Apêndice D, foi feita através de análise de conteúdo, percorrendo as fases de leitura, análise descritiva, construção de segmentos de resposta e análise interpretativa. Depois da adequada sistematização e interpretação, o resultado da informação assim obtida revelou-se essencial para validar e complementar algumas das conclusões obtidas a partir da anterior análise documental.



Apesar dos tópicos e das questões constantes do guião, a natureza semiestruturada da entrevista permitiu manter uma conversa bastante aberta com os entrevistados, da qual resultou um grande volume de informação, com um conteúdo muito rico e diverso, ainda que pouco sistematizado dada a tipologia do questionário. Face aos tópicos em análise e às responsabilidades e esfera de ação de cada um dos entrevistados, algumas questões foram respondidas apenas por alguns dos entrevistados.

Por outro lado, dada a reduzida dimensão da amostra, não se faz qualquer análise estatística das respostas, juntando-se, ainda assim, na última coluna da Tabela no Apêndice D, a identificação do entrevistado apenas como informação meramente indicativa do número de ocorrências e sua origem para cada segmento de resposta.

- As relações externas de defesa (tópico 2)

Questão 1 – Qual o entendimento acerca dos conceitos de (A) diplomacia de defesa e (B) diplomacia económica?

Tabela 6 – Resultados da questão 1(A)

Segmento de resposta	Entrevistados
1A.1 – Clarificar o termo ‘diplomacia de defesa’, usado em muitos países.	E1
1A.2 – ‘Relações externas de defesa’ e não ‘diplomacia de defesa’.	E1
1A.3 – As relações externas de defesa contribuem para a diplomacia do MNE.	E1

Fonte: Autor (2017)

Tabela 7 – Resultados da questão 1(B)

Segmento de resposta	Entrevistados
1B.1 – Termo aplicável apenas no âmbito do MNE/AICEP.	E1
1B.2 – IDD limitada por não ter agentes no terreno.	E1
1B.3 – Importância da articulação com o MNE/AICEP.	E1/E2/E7

Fonte: Autor (2017)

Verifica-se a necessidade de clarificar a utilização dos conceitos de diplomacia, termo este que é reservado para utilização no âmbito do MNE.

Por outro lado, sobressai o relevo que é atualmente dado à articulação entre o MDN e o MNE, no que respeita à promoção da economia de defesa, algo que se revela essencial para a necessária complementaridade e sinergia que deve haver, designadamente entre a AICEP e a IDD. Esta lógica de complementaridade ficará completa pela eventual articulação que possa igualmente existir entre o AD e o delegado da AICEP, habitualmente integrado nas Embaixadas, por conseguinte, no terreno, junto do AD.



Questão 2 – Qual o papel da sua organização no contexto das relações externas de defesa e em particular da economia de defesa?

Tabela 8 – Resultados da questão 2

Segmento de resposta	Entrevistados
2.1 – Apoio/acompanhamento reuniões/deslocações ministeriais.	E2
2.2 – Participação nos diferentes fora internacionais, nomeadamente NATO e UE.	E2
2.3 – Risco da IDD ser um ‘AICEP’ da defesa; devia haver maior integração entre ambos.	E2
2.4 – Importância da comunicação ágil, eficaz e em rede, entre os diferentes atores da economia de defesa.	E2
2.5 – Dimensão institucional da IDD abre mercados normalmente fechados às tradicionais associações industriais.	E7
2.6 – Interligação entre política externa e economia de defesa.	E1/E7

Fonte: Autor (2017)

Situando-se esta questão no contexto da economia de defesa, sublinha-se a importância da ligação da IDD à tutela de defesa, o que lhe permite abrir portas de mercados mais fechados, tal como os países do Magrebe. Sublinha-se, assim, a importância da presença dos AD nestes países, para o sucesso das iniciativas no domínio da economia de defesa.

Por outro lado, realça-se negativamente que a criação de uma entidade como a IDD acrescenta mais um nó e mais uma etapa na cadeia de comunicação/decisão, contribuindo negativamente para a necessária comunicação ágil e eficaz entre todos os interlocutores que intervêm no processo de promoção da economia de defesa.

- A função dos adidos de defesa (tópico 2)

Questão 3 – Como caracteriza o papel dos adidos de defesa nacionais na prossecução dos objetivos da política de defesa no âmbito das relações externas de defesa?

Tabela 9 – Resultados da questão 3

Segmento de resposta	Entrevistados
3.1 – Apoio do AD à ‘diplomacia económica’ é limitado por não serem especialistas.	E1
3.2 – Papel dos AD é muito diferente em função da realidade dos países.	E1/E6
3.3 – Representante MDN e CEMGFA/FFAA.	E1/E3/E4/E5
3.4 – Há relações de defesa com alguns países para as quais os AD são essenciais.	E1
3.5 – AD importante para a recolha de informação e troca de informações com país.	E1/E3/E6/E7
3.6 – Novo modelo de coordenação CTM esvazia a função de AD em alguns países (Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe).	E1/E5
3.7 – É possível dinamizar mais alguns AD na promoção da BTID.	E2
3.8 – É normal que o AD promova a BTID.	E4
3.9 – Aconselhamento do seu Embaixador.	E4
3.10 – Acompanhar atividades bilaterais entre países.	E4
3.11 – AD na primeira linha do aprofundamento da relação militar.	E5
3.12 – Acompanhar e reportar a programação militar do país de acolhimento.	E7

Fonte: Autor (2017)



As principais conclusões que se retiram da resposta a esta questão, revelam, em relação ao papel dos AD, a importância dada às tarefas de representação e ligação às entidades e estruturas locais, militares e de defesa, e também a recolha de informação situacional, seja no domínio militar, seja no de defesa, seja ainda nos domínios associados à descoberta de oportunidades no âmbito da economia de defesa.

Por outro lado, de uma forma geral, reconhece-se a aceitação para que o AD desenvolva atividades no domínio da economia de defesa.

Questão 4 – Quais deverão são as tarefas do âmbito da ação dos adidos de defesa mais relevantes para satisfazer as necessidades da organização que representa?

Tabela 10 – Resultados da questão 4

Segmento de resposta	Entrevistados
4.1 – Obter conhecimento situacional e oportunidades de cooperação/negócio.	E2, E7
4.2 – Tarefas conforme ficha do cargo.	E3
4.3 – Representação das chefias militares.	E4/E5
4.4 – Facilitadores da troca de informação e ligação institucional.	E4/E5
4.5 – Acompanham o desenvolvimento da cooperação bilateral e CTM.	E4
4.6 – Apoio aos aspetos logísticos relativos a visitas e trânsitos (altas entidades, pessoal, navios, aeronaves e unidades militares).	E4
4.7 – Apoio indireto a atividade multilateral aplicável (NATO, UE e Iniciativa 5+5 Defesa).	E4
4.8 – Facilitadores de missões empresariais e ações concretas de internacionalização.	E7

Fonte: Autor (2017)

As respostas a esta questão reproduzem globalmente o conjunto atribuições que estão na ficha de descrição do cargo de AD. De qualquer modo, sobressai igualmente a referência às tarefas de representação, ligação e relato do conhecimento situacional no país de acolhimento. Em relação às tarefas de apoio à economia de defesa, a IDD pretende que o AD facilite e apoio missões empresariais relativas à internacionalização de empresas.

Questão 5 – Como avalia o alargamento da função do adido à área da economia de defesa?

Tabela 11 – Resultados da questão 5

Segmento de resposta	Entrevistados
5.1 – É positivo, mas é necessário rever o modelo de articulação.	E2
5.2 – As várias dependências não favorecem a função.	E2
5.3 – Modelo ‘inteligente’ de dependência dos AD em relação ao CEMGFA e à DGPDN, e também na ligação aos restantes intervenientes.	E2
5.4 – Aceitável.	E5
5.5 – Cooperação bilateral e diplomacia económica estão cada vez mais próximas.	E6



Fonte: Autor (2017)

A principal conclusão que se retira das respostas a esta questão está associada às diversas dependências funcionais do AD e às dificuldades que esse facto acarreta, quer ao nível dos canais de comunicação, quer em relação às orientações que o AD necessita para desenvolver a sua função.

- O dispositivo dos adidos de defesa (tópico 3)

Questão 6 – Como caracteriza o atual dispositivo de adidos de defesa?

Tabela 12 – Resultados da questão 6

Segmento de resposta	Entrevistados
6.1 – AD não residente tem fortes limitações por não estar no terreno.	E5
6.2 – Dispositivo deve espelhar prioridades estratégicas.	E1
6.3 – Parte significativa da rede de AD é ‘consumida’ pelos PALOP, seguindo-se Magrebe, EUA e Europa, onde a rede é deficitária.	E1
6.4 – Cooperação estruturada: Espanha, Brasil, França e EUA (em preparação).	E5
6.5 – Pontual com Bélgica e Áustria.	E5
6.6 – Cooperação estruturada: Brasil e Espanha.	E6
6.7 – Presença do AD nos BRICS ²¹ é importante para a diplomacia económica.	E3
6.8 – Manter a presença nos principais países europeus.	E3
6.9 – AD residente no UK.	E3

Fonte: Autor (2017)

As apreciações as estas respostas permitem obter contributos para ajustamentos em relação à distribuição geográfica dos AD, tal como a resposta à questão 7. Faz-se adiante a análise de ambas.

Questão 7 – De que forma o dispositivo de adidos de defesa deve evoluir para satisfazer as necessidades da organização que representa?

Tabela 13 – Resultados da questão 7

Segmento de resposta	Entrevistados
7.1 – Adido residente em ITA.	E3, E6
7.2 – Ponderar o AD na Rússia.	E1
7.3 – Ponderar o AD residente no Reino Unido, face à saída desta país da UE.	E1
7.4 – Bélgica.	E5, E6
7.5 – Ponderar o AD no Djibuti.	E4
7.6 – Ponderar Dinamarca.	E4, E6
7.7 – Ponderar Noruega.	E6
7.8 – Crescente importância do mercado asiático.	E2
7.9 – Dispositivo é uma escolha política	E5/E6

Fonte: Autor (2017)

²¹ Acrónimo que se refere a Brasil, Rússia, Índia e China.



A análise em conjunto das respostas às questões 6 e 7 permite concluir que deverá ser considerado a cobertura de alguns países que não estão atualmente abrangidos pelo atual dispositivo de AD. Trata-se, sobretudo, de países europeus com os quais existe atualmente cooperação bilateral relevante, com destaque para a Bélgica, havendo atividades importantes que envolvem cada um dos três Ramos. Fora da Europa, destaca-se o Djibuti, importante base naval de apoio logístico a unidades navais projetadas para a zona do Corno de África.

Questão 8 – Quais os constrangimentos do atual dispositivo de adidos de defesa e que aspetos poderão ser melhorados?

Tabela 14 – Resultados da questão 8

Segmento de resposta	Entrevistados
8.1 – Melhorar orientação a dar ao AD.	E6
8.2 – É possível explorar melhor os AD que estão no terreno.	E7
8.3 – Limitações em relação ao desempenho de funções de AD não residente.	E1
8.4 – Reforço do GLADM.	E3
8.5 – Modelo de competências do AD, face às exigências específicas de cada cargo.	E5
8.6 – Importância da ligação direta ao Ramo.	E5

Fonte: Autor (2017)

Na sua maioria, as respostas à questão 8 identificam um problema comum que diz respeito à reduzida orientação que os AD recebem para que possam direccionar o seu esforço de ação de forma mais eficaz. A sensibilidade a este problema cresce com a quantidade de países acumulados pelo AD, face à necessidade de estabelecer prioridades na sua ação.

4.3. Contributos para o aperfeiçoamento do dispositivo de adidos de defesa

Com base na análise efetuada, particularmente a informação que resulta do conjunto de tabelas anteriormente apresentadas, contendo a descodificação das respostas às entrevistas, apresenta-se, na tabela seguinte, as principais lacunas identificadas, juntando-se a identificação das respostas colhidas que estiveram na sua origem.

Tabela 15 – Lista de lacunas identificadas

L	Lacuna (L)	Origem
1	Necessidade de clarificar e harmonizar conceitos.	1A.1, 1A.2 e 1B.1
2	Limitações do AD nas áreas da economia de defesa.	3.1
3	Melhorar a articulação MDN-MNE no âmbito da economia de defesa.	2.3, 2.6, 5.1
4	Melhorar os canais de comunicação.	2.4, 8.6
5	Adequar preparação do AD à especificidade do cargo.	3.2, 8.5



6	AD com atividade reduzida no novo modelo CTM (Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe).	3.6
7	Apoio do AD a missões empresariais.	4.8
8	Diversidade de dependências funcionais do AD não favorece a comunicação nem a sua orientação.	5.1, 5.2, 5.3, 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4.
9	Limitações dos AD não residentes por não estarem no 'terreno'.	6.1
10	Falta de cobertura de alguns países com os quais existe cooperação bilateral a decorrer ou outras necessidades (Bélgica, Áustria, Reino Unido, Dinamarca e Noruega e Djibuti).	6.5, 6.9, 7.3, 7.1, 7.4, 7.5 e 7.6
11	Modelo de competências.	8.5

Fonte: Autor (2017)

O conjunto das lacunas acima apresentadas referem-se a fragilidades do atual modelo de implantação do dispositivo de AD, a partir das quais formulam-se as seguintes linhas de ação (LA) que constituem contributos para as reduzir ou suprimir:

LA1 – Rever a doutrina e o quadro normativo dos AD (solução para L1, L4 e L8)

As fichas descritivas dos cargos dos adidos estão em processo de revisão. Por outro lado, existe um Guia do Adido, desenvolvido no âmbito do GLADM/CISMIL, que carece igualmente de atualização e revisão. De um modo geral, verifica-se a necessidade de criação de doutrina e normativos, assente num modelo abrangente de gestão do dispositivo de implantação dos AD. Face aos atores envolvidos, essa doutrina terá de ser sancionada ao nível do Ministro da Defesa Nacional.

LA2 – Aperfeiçoar o processo de seleção e preparação dos AD (solução para L2, L5 e L11)

O alargamento das funções do AD à área da economia de defesa envolve novas competências e conhecimentos que o AD deve possuir, quer em relação aos atores nacionais, mas também em relação ao conhecimento prévio que deverá obter sobre a realidade do país de acolhimento. A seleção dos AD deve igualmente ter em consideração a especificidade de cada cargo associada à realidade de cada país de acolhimento. Justifica-se assim a revisão e o aperfeiçoamento tanto do processo de seleção como, sobretudo, da preparação dos AD para o desempenho de funções.

LA3 – Estabelecer um modelo de articulação com o MNE (solução para L3)



O relacionamento que se estabelece atualmente entre a IDD e o MNE/AICEP poderá envolver contactos entre os AD e os postos da rede AICEP que se encontram nas Embaixadas juntamente com os AD. Desse modo, poderão resultar sinergias através de uma ação coordenada e complementar, a qual poderá, inclusive, libertar o AD para outras atividades, dada a maior vocação e conhecimento dos delegados da AICEP em tratar de assuntos do domínio da economia.

LA4 – Ponderar a criação AD itinerantes (L6)

A redução da atividade dos AD em São Tomé, Guiné e Cabo Verde, por via do novo modelo de coordenação da CTM, poderá justificar a reavaliação da presença de AD residente nestes países, os quais poderiam ser libertados para outros destinos. Em sua substituição, a modalidade de AD itinerante a residir em Lisboa, poderá ser analisada. Este conceito, poderá igualmente ser estendido a outros países, especialmente na Europa, onde em causa estiver sobretudo a existência de canais de comunicação abertos por via da existência de AD acreditado.

LA5 – Melhorar as orientações transmitidas aos AD (L7)

Apesar desta LA estar associada à clarificação da doutrina e das normas aplicáveis aos AD, é essencial que os AD disponham de orientações precisas e oportunas para poderem, a todo o momento, priorizar a sua ação, principalmente nos casos de acumulação de cargos e em países com maior atividade.

LA6 – Rever o dispositivo de implantação de AD (L10)

Bélgica, Dinamarca, Áustria, Dinamarca e Noruega, são países com os quais existe atividade bilateral relevante, de âmbito militar, sem que Portugal disponha de ligação através de AD. Por outro lado, a saída do Reino Unido da UE justifica que se pondere igualmente a reabertura deste cargo. Fora do continente europeu, identificou-se unicamente o cargo de AD em Djibuti, como tendo potencial interesse, enquanto importante base naval de apoio aos navios a operar na zona do Corno de África.

4.4. Síntese conclusiva

A definição do atual dispositivo de implantação de AD está globalmente alinhada com as orientações estratégicas que decorrem do CEDN, em particular no que se refere à



geografia de prioridades estratégicas que Portugal deverá considerar no âmbito das relações externas, designadamente, por esta ordem: a Europa, o espaço euro-atlântico, o espaço Atlântico em geral, o Magrebe e, por fim, a Ásia.

Procedeu-se à análise e tratamento dos dados recolhidos, a partir das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas a sete das oito solicitações originais. Apesar da reduzida amostra, tem-se a garantia de ter coberto a totalidade das entidades e órgãos-chave de contacto com os AD. A observação dos dados foi desenvolvida através de análise de conteúdo, seguindo-se a sua sistematização, apresentação e finalmente interpretação, da qual foi possível extrair um conjunto de 11 lacunas que constituem vulnerabilidades evidenciadas pelo modelo de implantação do dispositivo de AD.

Para ultrapassar as lacunas identificadas, apresenta-se o seguinte conjunto de seis linhas de ação:

- LA1 – Rever a doutrina e o quadro normativo dos AD;
- LA2 – Aperfeiçoar o processo de seleção e preparação dos AD;
- LA3 – Estabelecer um modelo de articulação com o MNE;
- LA4 – Ponderar a criação AD itinerantes;
- LA5 – Melhorar as orientações transmitidas aos AD;
- LA6 – Rever o dispositivo de implantação de AD.

A implementação destas linhas de ação levará ao aperfeiçoamento do atual modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa, otimizando-o e tornando-o mais equilibrado face aos objetivos gerais e às necessidades específicas da ação externa da defesa, pelo que consideramos que foi dada a resposta à QD3 – “Que contributos é possível avançar para otimizar e tornar mais equilibrado o modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa, face aos objetivos gerais e às necessidades específicas da ação externa da defesa?”.



Conclusões

A função do adido de defesa tem vindo a adaptar-se progressivamente a uma nova realidade do relacionamento de defesa entre países aliados, parceiros ou amigos, deixando de abranger assuntos exclusivamente militares, para passar a tratar, também, de outras questões afins à defesa, como é atualmente o caso da promoção externa da economia de defesa. Nesta base, considerou-se oportuno desenvolver a presente investigação para analisar de que forma os novos critérios para o dispositivo de AD podem comprometer o apoio que devem continuar a dar às FFAA.

Grandes linhas do procedimento metodológico seguido

A investigação foi desenvolvida, de acordo com as orientações metodológicas em vigor no IUM (2016) e com o estabelecido nas normas ACA 010 e 018 (IESM, 2015a; IESM, 2015b).

Assim, definiu-se como objeto de estudo o atual dispositivo de AD e a forma como a sua implantação contribui para a satisfação das necessidades das FFAA e das indústrias de defesa nacionais, tendo como OG contribuir para a definição de um modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa que prossiga as orientações políticas para as relações externas de defesa, incluindo a promoção da economia de defesa e acautelando as necessidades específicas das Forças Armadas. Este OG foi decomposto em três OE e do conjunto do OG e OE foram deduzidas uma QC e três QD, as quais nortearam o desenvolvimento do trabalho.

O estudo adotou um raciocínio do tipo indutivo e uma estratégia de investigação essencialmente qualitativa, opção que se justifica por duas razões. Primeiramente, por que a dimensão da amostra suscetível de contribuir com informação relevante era reduzida, por outro, porque foi necessário analisar e explorar o problema em continuidade, de modo a alcançar a sua compreensão global no fim da investigação. O desenho de pesquisa seguido foi o estudo de caso e os dados foram obtidos com recurso a entrevistas não estruturadas, tendo sido realizadas sete das oito solicitadas, envolvendo os representantes chave de todos os pontos de ligação funcional dos adidos de defesa aos seus interlocutores no MDN, FFAA e IDD. Os dados das entrevistas foram igualmente complementados com dados resultantes da análise documental.

Para além da introdução e destas conclusões, o corpo do trabalho foi estruturado em quatro capítulos principais. No primeiro abordou-se a base conceptual e o percurso



metodológico, e os restantes três foram dedicados a responder a cada uma das três questões derivadas.

Avaliação dos resultados obtidos

Assim, percorrendo o percurso metodológico traçado inicialmente, com base no objetivo geral acima descrito, no primeiro capítulo, para contextualizar a investigação analisou-se a literatura encontrada sobre a temática, o que permitiu fazer um ponto de situação do conhecimento existente sobre AD, mas também no que respeita aos domínios conexos da diplomacia de defesa, economia de defesa e diplomacia em geral. Desta forma foi possível realçar que sobre o tema específico de AD não existem muitos estudos e os que existem estão desatualizados, excetuando um trabalho do então IESM, elaborado por Daniel, que constituiu uma boa base de partida para o enquadramento legal do cargo de AD. Foram adicionalmente identificados trabalhos da área da diplomacia e economia de defesa que permitiram clarificar o quadro conceptual de partida para este estudo. No plano doutrinário e normativo consultou-se uma publicação da área de pessoal do EMGFA e outra da Marinha da área de relações externas, e ainda o Guia de Adidos, documento este interno ao GLADM/CISMIL.

Em relação a literatura nacional, consultaram-se alguns livros de referência na área da diplomacia, com destaque para um livro de Penedos de 2017 sobre diplomacia de defesa, única obra encontrada exclusivamente sobre este tema. No que respeita a literatura internacional sobre adidos, releva-se apenas um documento muito sintético produzido pelo DCAF.

Desde modo, com base na literatura avaliada foi possível definir o corpo de conceitos adotados neste estudo, designadamente ‘adido de defesa’, ‘diplomacia’, ‘diplomacia de defesa’, ‘diplomacia militar’ e ‘diplomacia económica’.

No segundo capítulo, na resposta à questão “Como se caracteriza a função e o atual dispositivo de adidos de defesa, no quadro das orientações políticas para as relações externas de defesa?” (QD1), começou-se por enquadrar historicamente a evolução do cargo de AD, do século XVII até ao presente. Desde o fim da Guerra Fria, a função de AD tornou-se crescentemente ampla e diversa, passando a abranger assuntos não militares, como por exemplo o domínio da economia de defesa. Em Portugal, por essa razão e outras, tal como a necessidade da dependência funcional da DGPDN que o AD mantém no domínio da cooperação de defesa e CTM, a rede de dependências funcionais do AD tornou-se mais complexa e por vezes menos eficiente. De facto, verifica-se que o AD depende



hierarquicamente do CEMGFA e funcionalmente do GLADM/CISMIL, Gabinetes do Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado da Defesa Nacional, DGPDN e também do Embaixador da sua missão diplomática. No total Portugal conta atualmente com um dispositivo formado por 15 AD residentes que acumulam 29 países adicionais como AD não residentes, totalizando 44 países.

No que respeita ao terceiro capítulo, respondeu-se à questão “Quais são os objetivos gerais e as necessidades específicas da ação externa da defesa, em relação aos diferentes atores, incluindo os do domínio da economia de defesa?” (QD2). Começou-se por entender o conceito de ‘diplomacia de defesa’ no panorama internacional, uma vez que em Portugal assume a designação de ‘relações externas de defesa’, por ser mais consensual no âmbito do MNE. A compreensão dos objetivos gerais e necessidades específicas da ação externa de defesas resultam das orientações políticas e estratégicas que constam de um conjunto de documentos que incluem a CRP, o Programa do Governo, a LDN, LOBOFA e sobretudo o CEDN. Para concluir a resposta à QD2 foi ainda necessário caracterizar os conceitos de diplomacia económica e economia de defesa, assim como o papel do novo ator IDD em relação a este último.

No quarto e último capítulo, e respondendo à questão “Que contributos é possível avançar para otimizar e tornar mais equilibrado o modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa, face aos objetivos gerais e às necessidades específicas da ação externa da defesa?” (QD3), concluiu-se que o atual dispositivo de AD está alinhado com as orientações políticas e estratégicas para a defesa. Depois de analisados e tratados os dados obtidos a partir das sete entrevistas realizadas, foram identificadas lacunas no atual modelo de implantação de AD, a partir das quais foram desenvolvidas as seis LA seguintes:

- LA1: Rever a doutrina e o quadro normativo dos AD;
- LA2: Aperfeiçoar o processo de seleção e preparação dos AD;
- LA3: Estabelecer um modelo de articulação com o MNE;
- LA4: Ponderar a criação AD itinerantes;
- LA5: Melhorar as orientações transmitidas aos AD;
- LA6: Rever o dispositivo de implantação de AD.

Em síntese, com a resposta às três QD, foi assim dada a resposta à questão central “Qual deverá ser o modelo de implantação do dispositivo de adidos de defesa que prossiga as orientações políticas atuais para as relações externas de defesa, incluindo a promoção da economia de defesa e acautelando as necessidades específicas das Forças Armadas?”.



Contributos para o conhecimento

O estudo inseriu-se num domínio para o qual não existe literatura. Resta, por isso, os dois ou três trabalhos de investigação sobre adidos de defesa que foram realizados em ambiente académico militar na última década. Como tal, considera-se que o presente TII vem acrescentar valor ao reduzido acervo de trabalhos sobre adidos de defesa, juntando o tema mais frequente da economia de defesa, constituindo, deste modo, um importante contributo para o conhecimento.

Recomendações e outras considerações de ordem prática

Este estudo deparou com uma dificuldade de ordem prática, dado ter sido tomada a decisão de não detalhar o descritivo funcional do cargo de AD, informação classificada, o que permitiu manter o grau de não classificado ao trabalho.

Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras.

Para além da escassa literatura de apoio, a forte base legal subjacente ao cargo de AD constituiu igualmente uma limitação. Para além disso, o sujeito de estudo encerra igualmente uma elevada margem de subjetividade, na medida em que a definição de muitos dos cargos de AD terá por base opções políticas, as quais têm na sua base uma natureza conjuntural, o que se evidencia ao longo do tempo através da grande flutuação do dispositivo de AD.

Por outro lado, tendo a consciência da natureza empírica e exploratória subjacente à estratégia qualitativa adotada para a investigação, considera-se oportuno e adequado aprofundar o desenvolvimento do tema, através da análise e comparação com as redes de AD de outros países.

Este TII abre igualmente a possibilidade de desenvolvimento de outros estudos que se possam debruçar sobre a área das relações externas de defesa e também na redefinição do modelo de gestão dos adidos de defesa.



Bibliografia

- AICEP, 2017. *AICEP Portugal Global*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Paginas/Index.aspx>
[Acedido em 25 fevereiro 2017].
- Anon., 2014. *Aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (RCM n.º 17/2014 de 7 de março)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2005. *Decreta a lei constitucional com a 7ª revisão da Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2009a. *Aprova a Lei de Defesa Nacional (Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2009b. *Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembléia da República, 2016. *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017 (Lei n.º 41/2016, de 28 de dezembro)*. Lisboa: Diário da República.
- Bento, A. V., 2012. *Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas*, Funchal: Universidade da Madeira.
- Castro, J., 2008. *A diplomacia económica em Portugal*. [Em linha]
Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/912/1/218-228.pdf>
[Acedido em 5 dezembro 2016].
- Chauvancy, F., 2014. *Défense et sécurité: A quand une diplomatie de défense au service d'une stratégie?*. [Em linha]
Disponível em: <http://chauvancy.blog.lemonde.fr/2014/04/13/a-quand-une-diplomatie-de-defense-au-service-dune-strategie/>
[Acedido em 2 abril 2017].
- CICDE, 2012. *L'influence en appui aux engagements opérationnels: Réflexion doctrinale interarmées*. [Em linha]
Disponível em: http://www.cicde.defense.gouv.fr/IMG/pdf/20120331_np_cicde_rdia-2012-008-influence.pdf
[Acedido em 4 abril 2017].



- Commission du Livre Blanc, 2013. *Livre Blanc Défense et Sécurité Nationale - 2013*. Paris: Ministère de la Défense.
- Conselho da Revolução, 1981. *Reformula a estrutura do quadro das missões militares junto das representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro (Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de março)*. Lisboa: Diário da República.
- Cottey, A. e Forstser, A., 2004. *Reshaping Defence Diplomacy: New Roles for Military Cooperations and Assistance*. Oxford: Oxford University Press for the International Institute for Strategic Studies.
- Cullen, G. T., 1999. *Preparing for battle: learning lessons in the US Army during World War I*. [Em linha] Disponível em: <http://cgsc.cdmhost.com/cdm/singleitem/collection/p4013coll2/id/606> [Acedido em 22 fevereiro 2017].
- Daniel, J. M. M., 2014. *O papel dos Adidos de Defesa no âmbito da prossecução das políticas de defesa e diplomática do Estado*. Pedrouços: IESM.
- Dodd, T. e Oakes, M., 1998. *The Strategic Defence Review White Paper*. [Em linha] Disponível em: <http://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/RP98-91/RP98-91.pdf> [Acedido em 25 fevereiro 2017].
- Estado-Maior da Armada, 2013. *Manual de Relações Externas - Conceitos, Termos de Referência e Procedimentos (MAA 1003)*. Lisboa: EMA.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2002. *Normas de administração do pessoal no estrangeiro (PEMGFA/PES 400)*. Alteração 2 de 2010 ed. Lisboa: EMGFA.
- Ferreira, J. A. d. B., 2013. *Indústria nacional na edificação de capacidades de defesa. Contributos do desenvolvimento sustentado das capacidades das Forças Armadas para a economia nacional (TII)*. Pedrouços: IESM.
- Ferreira, N. C., Ribeiro, P. S. e Rodrigues, J., 2015. *Política de Defesa Nacional e o Papel das Forças Armadas no Desenvolvimento da Economia Portuguesa (TIG)*. Pedrouços: IUM.
- Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares, 2017. *Lista dos Adidos de Defesa Nacionais, de 9 de março de 2017*. Lisboa: EMGFA.
- Gaudêncio, P., 2017. Os adidos de defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas [Entrevista] (Lisboa, 30 março 2017).



- Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2007. Les Attachés de Défense. *DCAF Backgrounder*, julho, pp. 1-8.
- Genevada Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2007. Les Attachés de Défense. *DCAF Backgrounder*, julho, pp. 1-8.
- Gomes, A. M. H., 2010. *A Política Externa e a Política de Defesa Nacional: O papel do Adido de Defesa na articulação entre o MNE e o MDN*. Pedrouços: IESM.
- Governo, 2006. *Estabelece o regime de funcionamento da diplomacia económica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2006, de 9 de novembro)*. Lisboa: Diário da República.
- Governo, 2010. *Aprova a Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2010, de 15 de abril)*. Lisboa : Diário da República.
- Governo, 2011. *Aprova a lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro)*. Lisboa: Diário da República.
- Governo, 2013. *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril)*. Lisboa: Diário da República.
- Governo, 2014a. *Aprova a orgânica do Ministério da Defesa Nacional (Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro)*. Lisboa: Diário da República.
- Governo, 2014b. *Estabelece a orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro)*. Lisboa: Diário da República.
- Governo, 2015a. *Aprova o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro)*. Lisboa: Diário da República.
- Governo, 2015b. *Estabelece a orgânica da DGPDN (Decreto-Regulamentar n.º 14/2015, de 31 de julho)*. Lisboa: Diário da República.
- Governo, 2015c. *Programa do XXI Governo Constitucional*. Lisboa: Diário da República.
- IESM, 2015a. *Trabalhos de Investigação (NEP / ACA - 010)*. Lisboa: IESM.
- Escritos a Realizar no IESM*. Pedrouços: IESM.
- IESM, 2015b. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP / ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- Instituto Español de Estudos Estratégicos, 2016. *Diplomacia de Defensa: La Defensa en la Acción Exterior del Estado*. [Em linha] Disponível em: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2016/DIEEET01-



2016_DiplomaciaDefensa.pdf

[Acedido em 25 fevereiro 2017].

IUM, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Cadernos do IESM N.º 8*. Janeiro 2016 ed. Pedrouços: IUM.

Kirkpatrick, L. B., 1995. *Unrecognized Potential in the Military Attachés*. [Em linha]
Disponível em: https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol4no2/html/v04i2a01p_0001.htm
[Acedido em 25 fevereiro 2017].

Macedo, H. J. S. C., 2017. Os adidos de defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas [Entrevista] (Lisboa, 21 abril 2017).

Mäder, M., 2004. *In Pursuit of Conceptual Excellence: The Evolution of British Military-Strategic Doctrine in the Post-Cold War Era*. Berna: Peter Lang AG.

Magalhães, J. V., 2005. *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Mendes, N. C. e Coutinho, F. P., 2014. *Encicoplédia das relações internacionais*. Lisboa: D. Quixote.

Ministério da Defesa Nacional, 1974. *Cria o lugar de adido de defesa nacional junto da Embaixada de Portugal em Washington (Decreto-Lei 554/75, de 31 de outubro)*. Lisboa: Diário do Governo.

Ministério da Defesa Nacional, 2011. *Normas relativas aos adidos de defesa e sua articulação com o EMGFA e a DGPDN (Despacho n.º 01/MDN/2011)*. Lisboa: MDN.

Ministério da Defesa Nacional, 2015. *idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S. A. (Despacho n.º 6488/2015, do Ministro da Defesa Nacional, de 11 de junho)*. Lisboa : Diário da República.

Ministério da Defesa Nacional, 1974. *Cria o cargo de adido das forças armadas junto da Embaixada de Portugal em Pretória (Decreto-Lei n.º 448/74, de 13 de setembro)*. Lisboa: Diário da República.

Ministério da Guerra, 1913. *Cria os cargos de adido militar em Berna, Berlim, Madrid e Paris, e adido militar naval em Londres (Lei n.º 48, de 16 de julho)*. Lisboa: Govêrno da República.

Ministério da Marinha, 1917. *Cria os cargos de adido naval em Londres e em Paris (Decreto 3323, de 31 de agosto)*. Lisboa: Govêrno da República.

Ministerio de Defensa, 2011. *Plan de Diplomacia de Defensa*. [Em linha]
Disponível em: <https://publicaciones.defensa.gob.es/plan-de-diplomacia-de->



[defensa.html](#)

[Acedido em 25 fevereiro 2017].

Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional e das Finanças, 1999. *Procede à reconfiguração do dispositivo de implantação dos adidos de defesa, navais, militares e aeronáuticos*. Lisboa : Diário da República.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1919. *Cria os cargos de adido militar em Roma, Rio de Janeiro e Nova Iorque (Decreto-Lei 5587-000, de 10 de maio)*. Lisboa: s.n.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2010. *Aprova o regime do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro)*. Lisboa : Diário da República.

Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, 2015. *Estabelece a estrutura nuclear da DGPND (Portaria n.º 319/2015, de 1 de outubro)*. Lisboa: Diário da República.

Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, 2015. *Aprova o dispositivo de Adidos de Defesa Residentes e Não Residentes (Portaria n.º 780/2015, de 13 de outubro)*. Lisboa: Diário da República.

Ministro da Defesa Nacional, 1958. *Cria o lugar de adido aeronáutico junto da Embaixada de Portugal em Paris (Decreto-Lei n.º 41 895, de 8 de outubro)*. Lisboa: Diário de Governo.

Ministro da Defesa Nacional, 1991. *Comunicação entre os Adidos de Defesa e a estrutura orgânica do Ministério da Defesa (Despacho 95/MDN/91, de 31 de maio)*. Lisboa: Diário da República.

Moreira, A., 1999. *Teoria das relações internacionais*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.

Mota, M. A., 2017. Os adidos de defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas [Entrevista] (Lisboa, 4 abril 2017).

Organização das Nações Unidas, 1961. *Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas*. Viena: ONU.

Penedos, M. d. R. P., 2017. *Diplomacia de Defesa: o Diálogo da Força ou a Força do Diálogo*. Lisboa: Chiado.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.

Roque, J. M. M., 2015. *Diplomacia Militar. Um Conceito para Portugal*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.



- Saúde, J. M. L. d., 2016. *As responsabilidades e o papel do adido militar numa representação de Portugal em África em países da CPLP*. Pedrouços: IUM.
- Silva, M. A. d. S., 2017. Os Adidos de Defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas [Entrevista] (29 março 2017).
- Sousa, J. A. d. F., 2011. O papel do Estado-Maior-General das Forças Armadas na Cooperação Técnico-Militar. Pedrouços: IESM.
- Sousa, M. B., 2017. *Os Adidos de Defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas* [Entrevista] (Lisboa, 27 março 2017).
- Torres, N. P., 2017. Os adidos de defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas [Entrevista] (Lisboa, 30 março 2017).
- Ubach, A. M. C., 2016. *Instituto Español de Estudios Estratégicos: Diplomacia de Defensa: Concepto Y Modelos*. [Em linha]
Disponível em: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2016/DIEEET01-2016_DiplomaciaDefensa.pdf
[Acedido em 25 fevereiro 2017].
- Vaz, F. M. D., 2017. Os adidos de defesa: diplomacia económica e necessidades das Forças Armadas [Entrevista] (Lisboa, 29 março 2017).
- Yin, R. K., 2015. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman.



Apêndice A — Quadro regulamentar de referência

Tabela 16 – Quadro regulamentar de referência para o cargo de adido de defesa

Ano	Diploma	Síntese dos aspetos mais relevantes
1961	Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas, de 18 de abril de 1961	Estabelece o estatuto legal e os privilégios dos adidos, inseridos nas missões diplomáticas de um país no estrangeiro.
1981	Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de março	Reformula a estrutura e estabelece a organização e administração das missões diplomáticas no estrangeiro.
1991	Despacho n.º 95/MDN/91, de 31 de maio	Determina os procedimentos de coordenação e articulação funcional dos AD com a estrutura orgânica do MDN.
2002	Decreto-Lei n.º 232/2002, de 02 de novembro	Introduz um ajustamento ao Decreto-Lei n.º 56/81, no que se refere aos encargos com o pessoal da missão.
2007	Despacho n.º 27676/2007, dos Ministros do Estado e das Finanças, e da Defesa Nacional, de 10 de dezembro	Atualiza o regime de abonos dos militares providos em cargos internacionais.
2008	Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008 de 28 de fevereiro	Orientações para reorganização da estrutura superior da defesa nacional e das FFAA, estabelecendo a necessidade de reavaliar as atribuições e dependência dos AD
2009	Decreto-Lei n.º 154A/2009, de 06 de julho	Nova Lei Orgânica do MDN, estabelecendo que os AD dependem funcionalmente da DGPDN.
2009	A Lei Orgânica n.º 1-A/ 2009, de 7 de julho	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), referindo às responsabilidades do CISMIL em relação aos AD.
2009	Decreto-Lei 234/2009, de 15 de setembro	Lei Orgânica do EMGFA, atribui ao CISMIL, através do GLADM, a tarefa específica de coordenar as atividades dos adidos de defesa, de acordo com orientações e diretivas emanadas pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.
2010	Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro	Aprova o regime jurídico aplicável ao pessoal especializado do MNE.
2011	Despacho n.º 01/MDN/ 2011, de 5 de janeiro	Estabelece novas normas e orientações para os AD, definindo a missão, atribuições gerais e atribuições de cooperação de defesa estrutural e de CTM, bem como os moldes de articulação funcional com a DGPDN.
2011	Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro	Aprova a lei orgânica do MDN, estabelecendo, a dependência funcional dos AD da DGPDN.
2012	Portaria n.º 94/2012, de 4 de abril	Fixa a estrutura orgânica da DGPDN, atribuindo à direção de serviços de relações internacionais compete, a coordenação da ação político-estratégica dos AD e à direção de serviços de CTM coordenar, em matéria de CTM, a ação dos adidos de defesa nos países da África Subsaariana e em Timor-Leste.
2014	Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro	Aprova a orgânica do EMGFA,
2015	Decreto regulamentar n.º 14/2015	Aprova a lei orgânica da DGPDN, atribuindo-lhe a responsabilidade, no âmbito das relações externas de



Ano	Diploma	Síntese dos aspetos mais relevantes
		defesa, de utilizar diretamente os AD, através do relacionamento funcional, ao nível político-estratégico e da cooperação no domínio da defesa.
2015	Portaria n.º 780/2015, dos Ministros das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, e da Defesa Nacional, de 13 de outubro	Aprova o novo dispositivo de AD residentes e não residentes, revogando as Portarias n.º 1001/99, de 10 de novembro, n.º 743/2004, de 30 de junho, e n.º 117/2010, de 2 de fevereiro.

Fonte: Autor (2017)



Apêndice B — Diplomas relativos à implantação do dispositivo de adidos

Na tabela seguinte faz-se uma compilação do conjunto de diplomas relativos à criação e extinção de cargos de adidos, dos quais resultaram alterações à configuração do dispositivo de adidos.

Tabela 17 – Lista de diplomas respeitantes à implantação do dispositivo de adidos

Ano	Diploma	Síntese dos aspetos mais relevantes
1913	Lei n.º 48, de 15 de julho	Cria o cargo de adido militar em Madrid e Berna e o cargo de adido militar naval em Londres
1917	Decreto n.º 3323, de 31 de agosto	Cria o lugar de adido naval em Paris
1919	Decreto n.º 5787-000, de 10 de maio	Cria os cargos de adido militar em Roma, Rio de Janeiro, Nova Iorque, mantendo os cargos idênticos em Londres, Paris (+Bruxelas), Madrid e Berna
1953	Decreto-Lei n.º 39315, de 14 de agosto	Cria os cargos de adidos militares em Londres, Paris, Madrid e Washington
1958	Decreto-Lei n.º 41896, de 8 de outubro	Cria o cargo de Adido Aeronáutico em Paris
1974	Decreto-Lei n.º 448/74, de 13 de setembro	Estingue Adido Militar em Pretória e cria o cargo de Adido das FFAA na mesma Embaixada
1981	Portaria n.º 702/81, de 17 de agosto	Estabelece um novo dispositivo de AD
1981	Portaria n.º 799/81, de 15 de setembro	Estabelece um novo dispositivo de AD
1982	Portaria n.º 551/82, de 4 de junho	Estabelece um novo dispositivo de AD; revoga as Portarias n.º 702/81. De 17 de agosto e n.º 799/81, de 15 de setembro
1990	Portaria n.º 167/90, de 2 de março	Cria os cargos de AD em Dacar e Conacry, Harare, Dar-es-Salaam e Lolongwe(Malawi), Libreville e Tunes, assessorados em regime de acumulação, respetivamente, pelos AD em Bissau, Maputo, São Tomé e Rabat.
1999	Portaria n.º 673/99, de 20 de agosto	Cria a missão militar junto da Embaixada de Portugal na Austrália
1999	Portaria n.º 1001/99, de 10 de novembro;	Altera o quadro de adidos militares junto das representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro.
2000	Portaria n.º 1108/2000, de 27 de novembro;	Cria os lugares de adido de defesa (residente) e de amanuense em Jacarta
2004	Portaria n.º 743/2004, de 30 de junho	Cria a Missão Militar junto da Embaixada de Portugal em Díli Deixam de ser preenchidos os cargos de adido de defesa em Camberra e em Jacarta, que passam a ser representados pelo adido de defesa residente em Díli.
2010	Portaria n.º 117/2010, de 2 de fevereiro	Reconfiguração do dispositivo de implantação (rede) dos adidos de defesa, de forma a garantir que o respetivo posicionamento corresponda aos atuais interesses nacionais em matéria de segurança e defesa. Cria um núcleo militar adstrito à representação diplomática de Portugal em Argel,



Ano	Diploma	Síntese dos aspetos mais relevantes
		constituído pelo adido de defesa e respetivo gabinete de apoio, no quadro do aprofundamento das relações diplomáticas de Portugal com a República Democrática e Popular da Argélia. Extingue o núcleo militar adstrito à nossa Embaixada em Londres, tendo em consideração a reciprocidade de tratamento originada pela retirada do adido de defesa britânico em Lisboa. Elimina o normativo que estabelecia que os lugares de adido de defesa em Luanda, Maputo e Washington fossem preenchidos por oficiais gerais, no âmbito da reconfiguração do dispositivo de implantação e face à experiência entretanto adquirida.
2015	Portaria n.º 780/2015, dos Ministros das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, e da Defesa Nacional, de 13 de outubro	Aprova o novo dispositivo de AD residentes e não residentes, revogando as Portarias n.º 1001/99, de 10 de novembro, n.º 743/2004, de 30 de junho, e n.º 117/2010, de 2 de fevereiro.

Fonte: Autor (2017)



Apêndice C — Guião da entrevista

Apresentação e objetivos da entrevista

Este contato insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Individual que se realizada no âmbito da frequência do Curso de Promoção a Oficial General 2016/2017, do Instituto Universitário Militar, com o tema “Os Adidos de Defesa: diplomacia económica e necessidades das forças armadas”.

A sua escolha como entrevistado justifica-se pela função que desempenha e também pela experiência no contexto das relações externas de defesa e, em concreto, em relação ao trabalho que neste âmbito é desenvolvido pelos adidos de defesa nacionais e pelo dispositivo implantado nos diferentes países cobertos pelo dispositivo de adidos.

Tópicos e perguntas da entrevista

As relações externas de defesa (tópico 1)

P1. Qual o entendimento acerca dos conceitos de (A) diplomacia de defesa e (B) diplomacia económica?

P2. Qual o papel da sua organização no contexto das relações externas de defesa e em particular da economia de defesa?

A função dos adidos de defesa (tópico 2)

P3. Como caracteriza o papel dos adidos de defesa nacionais na prossecução dos objetivos da política de defesa no âmbito das relações externas de defesa?

P4. Quais deverão são as tarefas do âmbito da ação dos adidos de defesa mais relevantes para satisfazer as necessidades da organização que representa?

P5. Como avalia o alargamento da função do adido à área da economia de defesa?

O dispositivo dos adidos de defesa (tópico 3)

P6. Como caracteriza o atual dispositivo de implantação dos adidos de defesa?

P7. De que forma o dispositivo de adidos de defesa deve evoluir para satisfazer as necessidades da organização que representa?

P8. Quais os constrangimentos do atual dispositivo de adidos de defesa e que aspetos poderão ser melhorados?



Apêndice D — Respostas às entrevistas

Tabela 18 – Respostas às entrevistas

Questão	Resposta
Q1(A). Qual o entendimento acerca do conceito de diplomacia de defesa?	<p>E1:</p> <p>A ‘diplomacia de defesa’, como conceito, já existe e é utilizada em alguns países, sem que, contudo, o âmbito ou os seus pressupostos estejam claramente definidos. De facto, trata-se de um conceito controvertido, uma vez que o termo ‘diplomacia’, para o MNE, refere-se a uma atividade que é desenvolvida essencialmente no âmbito dos negócios estrangeiros. Como tal, a ‘defesa’ não faz ‘diplomacia’ autónoma, contribuindo, isso sim, para a diplomacia tal como esta é definida pelos negócios estrangeiros, no âmbito de uma política externa única, da qual a ‘defesa’ será um ‘braço’ cada vez mais importante. O que se possa designar por diplomacia de defesa não segue, na verdade, por um carril separado, paralelo ou autónomo em relação ao MNE, ainda que exista alguma margem de manobra na prossecução de certas políticas nas relações externas no domínio da defesa com outros países, mas que são sempre, naturalmente, concertadas com os negócios estrangeiros.</p> <p>O mesmo paralelo existe em relação à representação militar integrada na organização das nossas missões diplomáticas no estrangeiro, nas quais o adido de defesa é colocado dentro da respetiva estrutura, chefiada pelo Embaixador. Apesar de uma certa autonomia do adido na sua atividade, terá de existir um alinhamento com o diplomata chefe da missão e, portanto, com as linhas de política externa definida pelo MNE para aquele país.</p> <p>Do mesmo modo, a representação permanente junto de organizações de defesa como a NATO, ou junto da UE para as questões no âmbito da PCSD, é assumida por diplomatas. E as decisões são tomadas indistintamente, nos encontros multilaterais de ministros da defesa ou de ministros dos negócios estrangeiros. Nessas organizações, em matéria de defesa, há uma necessária complementaridade entre as duas áreas da governação mas com a liderança política nos negócios estrangeiros, sendo para tal necessário um relação estreita entre ambos os ministérios, como tem acontecido nos tempos mais recentes, desde logo ao nível governamental, entre Ministros, mas também Entre os órgãos centrais, designadamente entre a DGPDN e a DGPE.</p> <p>Assim, apesar da sedução do conceito ‘diplomacia de defesa’, o qual poderia, eventualmente, harmonizar as várias definições daquilo que é efetivamente a política externa da defesa, incluindo a cada vez mais importante promoção da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, no sentido amplo, afigura-se de concluir que ‘diplomacia de defesa’ é um termo que deve ser evitado, por ser conflitante com a atividade desenvolvida pelo MNE. Em alternativa, será mais adequado usar o termo ‘relações externas da defesa’, por ser mais neutro, integrado naquilo que é a diplomacia de Portugal e as linhas de política externa definidas pelo MNE.</p> <p>As ‘relações externas de defesa’ constituem uma das principais competências da DGPDN. Constituem o conjunto de ações promovidas no quadro bilateral e multilateral com o objetivo de desenvolver as relações no domínio da defesa com países aliados e amigos, em especial com quem temos acordos de cooperação, assim como no contexto das organizações internacionais de que fazemos parte.</p> <p>Por seu turno, os AD apoiam essencialmente o desenvolvimento das relações bilaterais de defesa nos países onde estão acreditados. Em alguns casos também apoiam a cooperação que se desenvolve no quadro multilateral, essencialmente quando o país onde desenvolvem a sua missão participa nas mesmas organizações multilaterais que Portugal.</p>
Q1(B). Qual o entendimento acerca do conceito de diplomacia económica?	<p>E1:</p> <p>Em relação ao conceito de ‘diplomacia económica’, deverá, de igual modo, ser evitado, até porque o mesmo resulta essencialmente de ações no domínio do AICEP. A palavra ‘económica’ é muito abrangente e vai muito além das indústrias de defesa. Como tal, não podemos desligar a promoção das nossas indústrias de defesa daquilo que é o trabalho mais amplo feito, em especial, pelo AICEP e pelo Secretário de Estado da</p>



Questão	Resposta
	<p>Internacionalização, no âmbito do MNE. Pese embora as atribuições específicas de promoção da BTID dadas a uma entidade tutelada pela defesa, como é o caso da idD, não devemos dizer que se trata de diplomacia económica específica da defesa. Aliás, a capacidade da idD é limitada, por exemplo, por não dispor de ‘antenas’ no terreno, contrariamente à AICEP, mesmo que consideremos a ajuda que os Adidos possam dar, com limitações por não serem especialistas da área económica. Será, pois, mais adequado falar-se de uma ‘estratégica de internacionalização das nossas indústrias de defesa’ e não tanto de ‘diplomacia de defesa’.</p> <p>E2:</p> <p>O conceito de diplomacia económica, no quadro da economia de defesa, diz respeito, essencialmente, à materialização de uma comunicação mais eficaz entre os diferentes agentes no processo de promoção e internacionalização da economia de defesa. O conceito exige atualmente uma abordagem mais dinâmica, moderna e adaptada à realidade atual, não se compadecendo com o modelo clássico que tínhamos no antecedente. Pretende-se, hoje em dia, alcançar maior proximidade, mais eficácia e maior equidade no processo de relacionamento com países terceiros e entre as pessoas nele intervenientes. Trata-se de um novo conceito ou, se quisermos, de um conceito reinventado para relações que requerem uma nova dinâmica e para as quais o fator tempo assume grande importância. Atualmente, as relações entre as organizações e entre as pessoas são muito pautadas, do ponto de vista do seu sucesso ou insucesso, pelo pouco tempo disponível para alcançar resultados. O encurtar dos tempos obriga-nos a refazer o modelo clássico anterior de relações. Por isso, recorrendo às novas tecnologias e com base em muito maiores volumes de informação de apoio à decisão, responde-se hoje a problemas de maior complexidade, com maior assertividade e num espaço de tempo mais curto. Tudo isto muda as relações de trabalho, impondo frequentemente a necessidade de encurtar etapas, recorrer diretamente às fontes de informação e saltar os escalões intermédios.</p> <p>De igual modo, no que respeita à economia de defesa, o que está em causa é fator tempo, sendo necessário definir uma estrutura e um <i>modus operandi</i> que tornem mais eficaz o processo de promoção da economia de defesa, tendo em conta os objetivos definidos na estratégia seguida.</p> <p>E7:</p> <p>A diplomacia económica é muito abrangente. Enquanto entidade nascida e tutelada pelo MDN, a idD tem acesso a determinados mercados e potenciais clientes/parceiros/fora/oportunidades externos, no que se traduz em valor acrescentado pela idD em relação à diplomacia económica tradicional desenvolvida pelas associações, câmaras de comércio e outras, algo que é reconhecido inclusive pelo próprio AICEP. Com este modelo de organização, há um conjunto de “portas” que se abrem por intermédio do MDN, nomeadamente em negócios G-G, de que é exemplo o programa parceria entre Portugal e a Roménia para a transferência das aeronaves F-16. Política externa e economia de defesa estão interligados, contribuindo a idD para a promoção da última e para que a diplomacia económica, no âmbito da defesa, possa ser melhor aproveitada.</p>
Q2. Qual o papel da sua organização no contexto das relações externas de defesa e em particular da economia de defesa? Que outros atores são relevantes?	<p>E2:</p> <p>A DGRDN tem acompanhado o Ministro da Defesa Nacional e tem participado, dentro da sua área de conhecimento e esfera de ação, em diversos fora e reuniões internacionais, nomeadamente no âmbito da NATO e da UE. Neste último caso, tem merecido especial destaque o acompanhamento que está a ser efetuado aos mecanismos em curso de operacionalização do Fundo Europeu para a Defesa resultante da nova Estratégia Global de Segurança Europeia.</p> <p>A idD surge inicialmente como uma solução para o problema hipotético que a extinção da EMPORDEF poderia criar. Com efeito, sendo verdade que do antecedente a promoção da economia de defesa estava repartida entre ex-DGAIED, a DGPDN e a EMPORDEF, a extinção desta fez surgir a necessidade de criar uma estrutura para assegurar as funções de ligação e promoção das empresas da BTID. Quando a DGRDN</p>



Questão	Resposta
	<p>foi criada, adaptou-se, com naturalidade, ao novo modelo que integra a idD, observando que esta tem no seu objeto social a referida ‘diplomacia económica’.</p> <p>Assim e decorridos cerca de dois anos de aplicação deste novo modelo, a experiência coloca em evidência algumas questões.</p> <p>Desde logo, a criação de mais estruturas não contribui para reduzir os referidos tempos e circuitos de decisão. A DGRDN participa em muitos fora relacionados com as etapas dos ciclos da logística genética e da logística operacional. A criação de uma entidade externa, a quem temos de passar toda a informação recolhida, não parece contribuir para a eficácia do modelo atual.</p> <p>Depois, podemos correr o risco de estar a criar uma ‘AICEP’ da Defesa, sem que haja uma estratégia integrada ou uma entidade única que assegure a promoção, de forma global e concertada, das diferentes estratégias de promoção económica. Deste modo, torna-se algo complicado gerir todos os intervenientes no processo de promoção da economia de defesa e não se potenciam as sinergias existentes entre os diferentes participantes.</p> <p>Finalmente, um dos aspetos mais sensíveis resultado do facto de já existirem várias associações no terreno que representam e promovem as suas indústrias associadas na área da defesa, e que são profundamente conhecedoras do terreno onde operam, como por exemplo a AED ou a AFCEA. Porventura seria mais indicado estabelecer parcerias com essas associações e, em conjunto, promover as indústrias de defesa, modelo esse que contribuiria para encurtar tempos de resposta e melhorar a eficácia da necessária promoção</p> <p>E7:</p> <p>A idD tem por missão desenvolver, apoiar e promover a economia de defesa, tendo um papel interno e externo. Numa primeira fase, foi necessário conhecer o que existe, isto é, reunir, agregar e organizar, de forma mais atual, a informação sobre a BTID nacional. Depois, partindo de um conhecimento mais aprofundado das capacidades industriais existentes, foi então possível partir para a promoção no exterior.</p> <p>O desenvolvimento da BTID é algo estratégico, não apenas pela possibilidade de se poder capacitar as FFAA, mas também porque o desenvolvimento das indústrias de defesa permite ao país desenvolver outras capacidades fora da área da defesa, na vertente do duplo uso, permitindo gerar emprego e empresas sólidas, tecnologicamente avançadas, as quais podem projetar o país para outros mercados de maior potencial.</p> <p>Trata-se de um objetivo enquadrado nos objetivos mais amplos do desenvolvimento económico do país, de criação de emprego e de capacitação das empresas para a internacionalização, não apenas a exportação de bens e serviços, mas também a procura de laços e parcerias com indústrias de outros países, incluindo a captação de investimento estrangeiro, onde Portugal começa a ser, também, um mercado interessante para atrair investimento e empresas estrangeiras que depois exportam a partir de Portugal.</p> <p>Existe uma ligação natural da idD a outros ministérios e instituições, em particular ao Ministério da Economia e também o MNE que tutela atualmente a AICEP. A recente deslocação à Índia, a convite do MNE, através da Secretaria de Estado da Internacionalização, numa delegação chefiada pelo Primeiro Ministro, foi um bom exemplo da complementaridade e sinergias que se podem criar, numa missão bem-sucedida, em que as Indústrias de Defesa foi um dos temas centrais, entre outros, tais como as Tecnologias Renováveis, as Infraestruturas, as TI’s e a Gestão de Resíduos.</p>
Q3. Como caracteriza o papel dos adidos de defesa nacionais na prossecução dos objetivos da política de defesa no âmbito das	<p>E1:</p> <p>Desde logo, o adido é um representante, quer do Ministro da Defesa, quer do CEMGFA. Atualmente o adido evoluiu de adido de militar para adido de defesa, o que traduz o seu duplo chapéu de fazer a representação (Ministério da Defesa e FFAA).</p> <p>Para a DGPDN, apesar do bom relacionamento que é mantido com os ministérios da defesa homólogos e da excelente rede e relacionamento com outros Diretores de Política de Defesa, com frequentes contactos, designadamente aqueles que têm lugar no âmbito</p>



Questão	Resposta
relações externas de defesa?	<p>NATO e UE, muitas das vezes é preciso desenvolver relações a outro nível, com alguns países, as quais apenas os adidos no terreno as conseguem fazer.</p> <p>Por conseguinte, o adido é um ator relevante na promoção das relações externas da defesa, sendo igualmente um importante instrumento de recolha de informação, onde se inclui aquela que é relevante para as indústrias de defesa ou para a BTID.</p> <p>O papel de cada adido é distinto e depende muito dos países onde se encontram, uma vez que não se podem comparar, por exemplo, o papel do adido nos EUA com o de São Tomé e Príncipe.</p> <p>Durante algum tempo, os adidos eram os coordenadores dos programas da CTM nos países onde esta cooperação se faz, função que passou a ser exercida pelos núcleos de coordenação conjunta, após a última reforma introduzida há cerca de 3 anos. Essa alteração foi necessária para assegurar à DGPDN a efetiva coordenação dos programas de cooperação, face às dificuldades sentidas no anterior modelo, ao nível da dependência funcional e dos canais de comunicação, entre as equipas de projetos, o adido, o EMGFA e a DGPDN.</p> <p>Esta modificação da gestão da cooperação no terreno teve consequências para a missão de alguns adidos. Efetivamente, este novo modelo de gestão da cooperação veio esvaziar significativamente a função do Adido em países como Cabo Verde, Guiné ou São Tomé, porque essa cooperação é a parte mais relevante da cooperação na área da defesa com esses países. A razão de manter adidos residentes nestes países é essencialmente política, uma vez que a sua retirada transmitiria um sinal de desinvestimento da defesa nesses países. Para além disso, são países que recebem regularmente visitas de altas entidades, incluindo militares, casos em que o apoio local do adido acaba por ser bastante relevante.</p> <p>E2:</p> <p>A experiência e a prática recente desta direção-geral na utilização dos AD para promover a BTID tem sido pouco intensa mas, nos casos em que o apoio foi pedido, os resultados foram muito interessantes, do ponto de vista do relacionamento e sobretudo da sua predisposição para colaborar nas iniciativas realizadas.</p> <p>Contudo, a ligação aos AD é um processo complexo e de difícil resolução, levantando, por um lado uma questão de natureza operacional, por outro uma questão de natureza político-económica. O equilíbrio entre estas duas questões nem sempre é fácil, sobretudo porque as dependências hierárquicas não são facilitadoras da boa agilidade dos processos de comunicação. Com efeito, do ponto de vista formal, a utilização do adido no terreno, quer para veicular informação, quer para recolher informação, será sempre conduzido à mercê das dependências existentes, seja do EMGFA, seja do diplomata chefe da missão diplomática onde se integra.</p> <p>Uma solução, porventura difícil de realizar, seria a de colocar AD e adidos de militares, em conjunto e em países criteriosamente selecionados.</p> <p>Uma outra solução, poderia passar por rever o estatuto do adido, de modo a que este pudesse atuar ativamente, através da AICEP, na promoção da componente de defesa das nossas indústrias. Esta solução respeitaria o princípio, anteriormente referido, de se evitar a fragmentação das responsabilidades e entidades que promovem diferentes setores da economia, entre eles a componente ligada à defesa, contribuindo para uma maior eficácia global no cumprimento dos objetivos comuns.</p> <p>E3:</p> <p>O AD representa as FFAA através do seu Estado-Maior-General, depende do Chefe do Estado-Maior-General da FFAA através da CISMIL/GLADM. Têm como funções principais representar o seu país e as FFAA e manter contactos com as instituições militares do país anfitrião visando a troca de informações e a cooperação militar entre os dois estados. Cumpre-lhe igualmente apoiar o Embaixador em questões da Defesa e de natureza militar, informar o Governo sobre eventual evolução na área da política militar e de segurança do país anfitrião e mediar contactos com a indústria de armamento.</p> <p>E4:</p> <p>Os AD representam as FFAA e aquilo que estas necessitam em termos de interação com as FFAA dos países em eles estão acreditados, fazendo de elo de ligação, facilitadores e</p>



	<p>também de agentes de dinamização e acompanhamento das atividades bilaterais com esses países.</p> <p>No âmbito da economia de defesa, deve ser considerado normal que o adido de defesa, em algumas situações, faça também de elo de ligação às indústrias de defesa nacionais, facilitando a sua divulgação e projeção nos países de acreditação. Desse modo, o adido de defesa deve igualmente apoiar os contactos com origem nas indústrias de defesa estrangeiras que respondem a necessidades específicas de contacto dentro da defesa, com as FFAA e, naturalmente, com a Marinha.</p> <p>Numa primeira fase, beneficiam do trabalho dos AD o Estado-Maior da Armada, que planeia e operacionaliza e controla a execução das atividades. Depois, são normalmente envolvidos os diferentes setores da Marinha: pessoal (formação e Escola Naval), material, área do Comando Naval para as operações e treino operacional e finalmente a DGAM.</p> <p>E5:</p> <p>Os AD têm um papel determinante no relacionamento do Exército com os Exércitos dos outros países. Mesmo “não sendo oriundo” do Exército é ele que está na primeira linha no aprofundar das relações com as Entidades e os militares dos outros países.</p> <p>O fato de Portugal ter um AD em determinado país, só por si, permite desde logo “olhar” de outra forma para esse país quando se trata de tratamento de informação ou de cooperação no âmbito bilateral. Por um lado, por se constituir como uma “porta aberta” o que é extremamente facilitador quando se trata de estabelecer tanto contatos formais como informais. Aliás, o fato de existir um AD acreditado junto das FFAA de determinado país é fundamental para o estabelecimento de comunicação com quase a totalidade dos países. Posso dar como exemplo, o caso da Bélgica, em que, tínhamos um AD responsável por aquele país e pela França (residente em Paris) e a meio da sua missão, deixou de ser AD da Bélgica e naturalmente de estar acreditado. Aquilo que se verificou de forma explícita foi que, automaticamente deixou de ter possibilidade de estabelecer contatos com o Exército da Bélgica. O mais interessante é estar a falar de um país em que o Exército mantinha uma cooperação ao nível dos exercícios anuais dos paraquedistas com mais de 20 anos. Verificaram-se dificuldades de vária ordem, que foram em parte suplantadas por a Bélgica ter nomeado um Adido de Defesa para Portugal, que embora residente na Bélgica se tornou um elo de ligação fundamental.</p> <p>Queria, no entanto, salientar que se podem verificar algumas diferenças em relação à missão dos AD que estão junto aos PALOP e Timor Leste e os restantes países. Nos primeiros, a maioria da cooperação bilateral situa-se no âmbito da Cooperação Técnico-Militar (CTM), tendo nesta área, as responsabilidades do Adido de Defesa variado nos últimos anos, de acordo com diferentes diretivas emanadas pelo MDN, passando de acordo com estas, por funções mais ou menos interventivas. Neste momento, de acordo com a estrutura criada para a CTM, existindo um Coronel responsável pela CTM em cada país, o papel do Adido é menor (na estrutura do Exército a CTM é gerida pelo Gabinete do CEME através da Repartição de Relações Externas).</p> <p>Em relação a estes países penso que o AD não tendo grande intervenção ao nível da CTM fica de certa forma “despojado” de muitas atividades que poderiam ser tratadas no âmbito das relações bilaterais, isto porque também outras atividades do quadro bilateral, fora do âmbito da CTM, são de alguma forma orientadas para o âmbito ou estrutura da CTM. Tenho a perceção de que, pelo <i>feedback</i> que vou tendo dos próprios países, tais como Angola e Moçambique, a possibilidade de tratar alguns assuntos não no âmbito da CTM mas num quadro bilateral geral, por exemplo, através da assinatura de MOU ou TA, de certa forma poderia racionalizar melhor os entendimentos entre países, tratando-se “por igual”, quando em comparação a CTM, está mais vocacionada para o apoio/capacitação, numa lógica de apoio a países mais pobres e sem que por vezes se verifiquem benefícios tangíveis dessa opção.</p> <p>E6:</p> <p>Como resultado das diversas missões da Força Aérea, o papel do adido de defesa é muito importante, nomeadamente, para avaliar e reportar ao Ramo o ambiente da envolvente militar nos países de acreditação.</p> <p>A ação e dinamismo de cada adido de defesa depende quer do perfil de cada um, que sobretudo das condições particulares inerentes a cada país que acompanha. Por exemplo,</p>
--	--



Questão	Resposta
	<p>é expetável haver muito mais volume de informação de utilidade para a Força Aérea a partir de Washington, Paris ou Berlim, quando comparados com Argel ou Rabat.</p> <p>E7:</p> <p>A idD atua numa lógica de complementaridade, em rede, onde os adidos são muito importantes. Só pelo fato dos AD terem na agenda as indústrias de defesa já é algo bastante relevante.</p>
<p>Q4. Quais deverão são as tarefas do âmbito da ação dos adidos de defesa mais relevantes para satisfazer as necessidades da organização que representa?</p>	<p>E2:</p> <p>Nos países de acolhimento, os AD poder obter o conhecimento situacional das FFAA, tecido tecnológico e industrial e lacunas, de modo a que nós possamos, com as nossas capacidades e as nossas disponibilidades, explorar eventuais oportunidades de negócio. Sendo esta igualmente a missão da AICEP e também porque a dimensão de defesa da nossa indústria é relativamente pequena, deveríamos ter uma nova estratégia onde a defesa deveria estar a próprio AICEP, num <i>hub</i> próprio, em vez de pretender desenvolver uma ‘diplomacia’ própria para desenvolver a economia de defesa.</p> <p>E3:</p> <p>Apoiar e aconselhar o Chefe da Representação Diplomática, coadjuvando-o nas matérias da sua competência relacionadas com a Defesa Nacional e no relacionamento com os departamentos respetivos do país acreditador;</p> <p>Coordenar com o Chefe da Representação Diplomática as orientações políticas no que diz respeito a assuntos de defesa;</p> <p>Orientar o seu esforço de recolha de informação de acordo com as orientações recebidas através do EMGFA – CISMIL/GLADM;</p> <p>Estudar e acompanhar a evolução dos assuntos relativos à defesa do país acreditador;</p> <p>Estudar e avaliar as possibilidades de relacionamento bilateral na área da defesa, mantendo estreitas relações com os correspondentes departamentos;</p> <p>Reportar e elaborar relatórios sobre todos os assuntos relevantes relacionados com a defesa, que possam revestir-se de interesse nacional;</p> <p>Reportar sobre ações e/ou posições que possam contribuir para o reforço da posição internacional de Portugal na âmbito da defesa;</p> <p>Manter estreitas relações de carácter profissional, protocolar e social com os diversos departamentos do Ministério da Defesa, do Estado-Maior-General e dos Estados-maiores dos Ramos do país acreditador;</p> <p>Exercer funções de representação das FFAA Portuguesas junto dos departamentos de defesa do País acreditador e com os outros Adidos acreditados no mesmo País;</p> <p>Coligir e reportar sobre as informações que forem solicitadas pelos adequados canais do EMGFA e Estados-Maiores dos Ramos;</p> <p>Coordenar as visitas de entidades e de delegações oficiais, assim como as respetivas agendas de trabalho com os departamentos respetivos do país acreditador;</p> <p>Divulgar informações sobre a capacidade nacional no âmbito das indústrias de defesa e promover ações de relacionamento, de acordo com instruções específicas emanadas superiormente;</p> <p>Acompanhar e reportar sobre o funcionamento e as ações desenvolvidas pelas instituições nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, que desenvolvam atividades relacionadas com assuntos de defesa ou de segurança, no país acreditador;</p> <p>Apoiar, coordenar e gerir os aspetos logísticos e protocolares relacionados com a passagem ou permanência temporária no país acreditador, de Altas Entidades, contingentes de tropas, de unidades navais ou aéreas, e movimentos /visitas de aeronaves e navios, diligenciando a obtenção dos “Diplomatic Clearances” sempre que necessário;</p> <p>Receber a apresentação e prestar assistência ao pessoal militar em frequência de cursos, em visita oficial ou em trânsito no país acreditador, dentro das possibilidades do Gabinete;</p> <p>Proceder às operações financeiras necessárias, de acordo com o determinado, conforme a legislação em vigor e de acordo com as orientações específicas do EMGFA e das entidades respetivas dos Ramos das FFAA;</p> <p>Manter o Chefe da Representação informado sobre os desenvolvimentos dos principais processos e programas em curso relacionados com a defesa, assim como sobre as visitas</p>



	<p>de Altas Entidades militares, de representações militares oficiais e de unidades em visita ao país acreditador;</p> <p>Colaborar com o serviço da Embaixada de acordo com a política geral definida pelo Chefe da Representação Diplomática;</p> <p>Estabelecer ligações com as diferentes organizações de segurança e defesa a que Portugal pertence sobre assuntos que lhe forem especificadamente determinados, caso a caso, no âmbito da sua área de responsabilidade;</p> <p>Receber instruções e comunicar com os Gabinetes do Ministério da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Defesa Nacional e Direcções-Gerais do MDN sobre assuntos de natureza político-militar.</p> <p>Apoiar administrativamente e exercer competência disciplinar sobre o pessoal do seu Gabinete.</p> <p>E4:</p> <p>Em relação à Marinha, os AD representam o ALM CEMA nos países de acreditação, apoiam a visita de navios e visitas de altas-entidades e todos os aspetos logísticos e administrativos a elas associados.</p> <p>São igualmente facilitadores das comunicações entre principalmente os Estados-Maiores de ambos países, mas também Comandos Navais e outras estruturas, nos diferentes âmbitos, no desenvolvimento das relações bilaterais navais.</p> <p>Devem também avaliar, acompanhar e divulgar o ambiente estratégico e militar-naval local, com interesse para a Marinha.</p> <p>Num âmbito mais específico, acompanham a cooperação entre Marinhas/Guardas Costeiras, na execução dos planos de atividades de cooperação bilateral e, no caso dos PALOP africanos e Timor-Leste, o desenvolvimento da Cooperação Técnico-Militar (CTM), cuja responsabilidade de execução seja da Marinha.</p> <p>No âmbito da Marinha, identificam-se as seguintes áreas:</p> <p>Tratamento de pedidos de autorizações diplomáticas (<i>diplomatic clearances</i>), realçando-se ter havido 60 pedidos no último ano, de diferentes origens, correspondentes a 280 horas de navios atracados em portos estrangeiros, em 22 outros países;</p> <p>Pedidos de visita a outros países (RFV), numa média de 81 por ano. Pedidos de reserva de messes militares, apoio social, encaminhamento de correspondência entre Marinha e fornecimento de informação relevante;</p> <p>Troca de informação sobre o ambiente naval no país de acreditação.</p> <p><i>Staff-talks</i> entre Marinhas e acompanhamento do desenvolvimento dos planos de atividades de cooperação bilateral naval;</p> <p>No quadro multilateral, o adido de defesa dá igualmente apoio indireto, facilitando o envolvimento em ações no quadro da NATO, UE, Iniciativa 5+5 Defesa, conforme aplicável.</p> <p>E5:</p> <p>Como já disse anteriormente, considero que o Adido é muito importante em tudo o que diz respeito à ligação ao Ramo, é ele que ao nível externo “dá a cara” sendo um elemento que transmite confiança. Nos casos em que não há adido, os processos de comunicação com os exércitos de outros países revela-se muito complexo e moroso, face ao canal formal que obrigada a passar pelo EMGFA, MDN, MNE, embaixadas nacionais, seguindo-se estruturas similares no país de destino, circuito este que muitas vezes não é prático, levando à necessidade de circuitos paralelos e “não oficiais”. Um dos exemplos onde atualmente se sente essa falta é a Lituânia.</p> <p>Todos os setores internos do Exército beneficiam potencialmente da atividade do Adido, a qual depende muito de país para país. Presentemente, o Exército procura sistematizar o relacionamento bilateral nas quatro áreas seguintes: formação; atividade operacional; doutrina e normalização; e outros.</p> <p>O Exército desenvolve cooperação estruturada e regular, enquadrada em acordos específicos, com a Espanha, Brasil e França, procurando-se atualmente estender esta lista aos EUA. Adicionalmente, existem atividades pontuais com alguns países, como por exemplo a Bélgica (treino de paraquedistas) ou a Áustria.</p> <p>Durante 60 anos o Exército tem mantido, anualmente, encontros de Estados Maiores, apenas com a Espanha, no quadro das Reuniões de Estados-Maiores Peninsulares organizadas em simultâneo com o EMGFA e os outros Ramos. Em 2013, iniciaram-se</p>
--	--



	<p>as conversações entre Estados-Maiores do Exército com o Brasil e em 2014 com França, ambas a ocorrer a um ritmo bienal.</p> <p>Com os EUA, o Exército mantém relações muito importantes em todas as áreas de atividade, no entanto, fundamentalmente por os EUA terem deixado de ter um Adido para o Exército desde 2013, embora o Adido de Defesa e Aeronáutico se mantenha formalmente como o interlocutor para o Exército, os contactos passaram sobretudo a ser feitos pelo <i>Office of Defense Cooperation</i> (ODC), o que fez cair em muito a forma como são tratados os assuntos. Apesar desta forma de trabalhar dos EUA, regista-se um grande interesse no aprofundamento do relacionamento bilateral do Exército</p> <p>E6:</p> <p>Os AD devem ser mantidos informados pelo Ramos, para que fiquem mais sensíveis e despertados para os assuntos que possam potencialmente ter mais interesse reportar, o que nem sempre acontece.</p> <p>A Força Aérea pode melhorar a forma como o Ramo aproveita o potencial oferecido pelos AD, devendo envolvê-los de forma mais sistemática, no sentido do desenvolvimento e aprofundamento das relações bilaterais com os países de acreditação. As relações bilaterais com outras Forças Aéreas podem ocorrer em diferentes órgãos da estrutura interna, como por exemplo entre Academias. Outras desenvolvem-se no âmbito das relações bilaterais sobre a égide da DGPDN, que define áreas de prioridade.</p> <p>Reuniões entre Estados-Maiores de Forças Aéreas ocorrem regularmente com o Brasil e com Espanha, este último no quadro dos Estados-Maiores Peninsulares.</p> <p>De forma estruturada e permanente a Força Aérea conduz reuniões de Estado-Maior com a Força Aérea Brasileira, de onde resulta diversas atividades de intercâmbio, visitas de trabalho, formação, cursos e também atividades do domínio operacional.</p> <p>São igualmente conduzidas regularmente reuniões de Estados-Maiores com a Força Aérea espanhola, integrados nos Estados-Maiores Peninsulares.</p> <p>De salientar que ao nível tático há os interesses de apoio direto às missões, nomeadamente da transito (entre as áreas mais importantes estão as autorizações de sobrevoos e aterragem – agora através da AAN); ao nível operacional, o apoio a exercícios combinados (nacionais e internacionais) e a troca de informação, os programas de Exchange, as atividades de intercâmbio, etc; e ao nível estratégico, as alianças, parcerias estratégicas (MNFP, EPAF, CTM, AVC, acordos/protocolos...) para operação, modernização de frotas, aquisição de material e armamento, e os programas de <i>smart defence</i> e <i>pooling & sharing</i>.</p> <p>Operações aéreas, doutrina, área do conhecimento (...)</p> <p>E7:</p> <p>A sua ação deve passar pela identificação de oportunidades, nos países onde se encontram, para o desenvolvimento da economia nacional. Essas oportunidades não devem ter a ver apenas com aquisições, mas também com a possibilidade de aproximar ou colocar em contacto, via idD, empresas da nossa BTID com outras dos países de acolhimento do adido.</p> <p>Os adidos deverão igualmente acompanhar a programação militar dos respetivos países, acompanhar o que compram, a quem e como, verificando, com o conhecimento que têm da nossa BTID, quais é que poderão ter interesse potencial nas oportunidades que encontram. O levantamento desta informação e o seu envio à idD, para que esta a divulgue para a BTID, é essencial. Essas oportunidades podem ser também de financiamento, tal como sucedeu há pouco tempo por parte dos EUA, que identificou Portugal como um potencial parceiro para atrair projetos de I&D na área da vigilância marítima.</p> <p>A informação enviada pelos adidos é normalmente colocada no portal de divulgação de oportunidades, para além de se procurar “estimular” diretamente, por e-mail, as empresas potencialmente interessadas em cada assunto. Foram veiculados alguns milhares de oportunidades, num valor potencial de 800M€, entre as quais cerca de 1.000 nasceram no seio dos concursos lançados pela NATO.</p> <p>O adido deve analisar o ambiente do país e da região, as suas aquisições em curso ou futuras, analisar se daí podem nascer oportunidades e divulgar tal informação para as empresas nacionais.</p>
--	--



Questão	Resposta
	<p>Os adidos poderão igualmente acompanhar o desenvolvimento de ações concretas de internacionalização, emprestando, aos processos, a sua influência, peso institucional e conhecimento do meio.</p> <p>Os adidos são igualmente facilitadores durante a deslocação de uma missão empresarial, desenvolvendo um trabalho de campo bastante importante.</p> <p>Os adidos podem igualmente propor ou promover a realização de eventos de promoção da nossa indústria nos países onde se encontram.</p> <p>Já criámos uma rede suficientemente grande de contacto (institucionais, diplomáticos, AD e outros) que nos permite pensar em organizar/estimular alguns eventos com as empresas que possam de alguma forma substituir ou complementar os objetivos que se obtém com a participação nas grandes feiras e salões.</p> <p>Hoje em dia é rara a reunião entre ministros da defesa em o tema das indústrias de defesa não esteja presente.</p> <p>Para além dos Acordos ou Memorandos de nível político, a idD procura igualmente estabelecer protocolos a um nível mais empresarial. O exemplo da recente missão empresarial à Argélia, da qual resultou a assinatura de 10 memorandos, foi um bom exemplo das oportunidades de cooperação que se abrem à idD, pelo facto desta estar ligada ao MDN.</p>
Q5. Como avalia o alargamento da função do adido à área da economia de defesa?	<p>E2:</p> <p>À partida, o alargamento de responsabilidades do adido à economia de defesa é um aspeto positivo, mas é necessário encontrar a melhor forma para operacionalizar a sua ação neste domínio. Como referido, as diferentes dependências não facilitam o processo de comunicação, nem a articulação entre as diferentes entidades intervenientes no processo.</p> <p>Torna-se, assim, necessário, encontrar um modelo ‘inteligente’ de dependência dos AD, entre o EMGFA e a componente política do Ministério, e também de articulação entre todos os intervenientes, modelo este que deverá ter canais de comunicação menos formais e contribuir para a redução dos tempos de resposta para a troca de informação, com todas as entidades e em ambos os sentidos.</p> <p>E3:</p> <p>A presença de Adidos, mesmo não sendo residentes, nos BRICS, parece de inegável importância no particular âmbito da diplomacia económica. Não existe, neste momento, um Adido residente ou não residente em Moscovo.</p> <p>Não menos importante é que, manter a presença nos países Europeus mais poderosos como a Alemanha, França, Reino Unido e Espanha, é de inegável importância estratégica económica. Neste ponto específico, a presença de um Adido residente em Itália e no Reino Unido, apesar do BREXIT, poderá ser vantajoso, particularmente no futuro posicionamento geoeconómico do último país. Claro que este nível de ambição está sempre sujeito às restrições orçamentais.</p> <p>E5:</p> <p>Penso que o AD na sua ação poderá ser sempre chamado a desempenhar atividades relacionadas com a diplomacia económica. Essa ação torna-se mais evidente de acordo com as orientações políticas, as aquisições de material e o desenvolvimento das indústrias de defesa.</p> <p>No entanto, não tanto ao nível da diplomacia económica, mas com resultados económicos significativos, têm-se verificado que a ação dos AD nos vários conflitos em que o Exército esteve envolvido foram determinantes para que se obtivessem esses resultados.</p> <p>E6:</p> <p>Hoje estas duas realidades estão interligadas e as condições económicas acabam por influenciar o nível de cooperação bilateral e multilateral(...)</p>
Q6. Como caracteriza o atual dispositivo de implantação	<p>E5:</p> <p>Como já referi penso existir uma grande vantagem em ter um AD no máximo de países possíveis. A bem da racionalização a agregação de alguns países poderá ser possível, muito embora, do meu ponto de vista, a ação do Adido “no terreno” seja fundamental, pois tenho a perceção de que o “encher” o AD com países, embora extremamente</p>



Questão	Resposta
dos adidos de defesa?	<p>benéfico ao nível da sua missão de charneira entre os dois países, perde-se a sua capacidade de exploração e desenvolvimento de novas oportunidades que só ele conseguirá no local.</p> <p>E1:</p> <p>A rede de adidos deve espelhar aquilo que são as nossas prioridades estratégicas, em termos do nosso posicionamento no plano internacional. Contudo, Portugal é um país com uma dimensão que não lhe permite ter uma rede muito alargada de adidos, nem desenvolver ativamente relações de defesa com um número significativo de países. Por isso, torna-se necessário identificar e priorizar os países com quem queremos promover as relações externas de defesa, de forma efetiva. Estas desenvolvem-se através de interações a diferentes níveis e segundo diferentes formatos, podendo passar por encontros ministeriais, conversações político-estratégicas de defesa ao nível de diretores de política de defesa, comissões mistas ou bilaterais, tendo lugar em função dos instrumentos de cooperação bilateral que possam ter sido celebrados e que são diferentes consoantes os países e as regiões.</p> <p>Assim, com os países do Magreb, sendo estes essencialmente a Tunísia, a Argélia e Marrocos, desenvolvem-se comissões mistas das quais resultam planos de atividades anuais. Com os PALOP, especialmente os países africanos, a relação fica muito consumida pela agora designada ‘cooperação no domínio da defesa’, que progressivamente substitui a anterior cooperação técnico-militar, à medida que novos Programas-Quadro são negociados e assinados.</p> <p>Por outro lado, temos adidos em países que são os nossos parceiros tradicionais e com maior relevo nas relações bilaterais, como são o caso dos inquestionáveis EUA e a Espanha, seguindo-se o Brasil, que tem ganho alguma força recentemente.</p> <p>Na Europa são vários os países com quem temos boas relações. Desde logo a França. É um país que partilhamos a participação em várias organizações (UE, NATO, 5+5 Defesa). Trata-se de um país que tende a favorecer o aprofundamento da PCSD, face à NATO. Por isso, em minha opinião, o menor peso específico que temos no quadro das missões da UE fazem com que Portugal não seja um país prioritário nesse contexto, exceto na abordagem às questões africanas.</p> <p>Portugal tem uma ‘pegada’ global, com aceitação em todos os continentes. Apesar da nossa dimensão não nos permitir manter relações regulares com muitos países simultaneamente, conseguimos, ainda assim, manter um diálogo pontual com países de diferentes regiões, desde a América do Sul até à região da Ásia Pacífico.</p> <p>Em síntese, parte significativa da nossa rede de adidos é ‘consumida’ pela CPLP, seguindo-se depois os países do Magrebe, os EUA, (aliado inquestionável) e depois a Europa, onde, em boa verdade, a rede é muito deficitária. Para além, recentemente colocámos um adido de defesa na China e em breve na Turquia.</p> <p>Deixámos de ter o adido de defesa na Rússia. A meu ver, e pensando nas consequências geoestratégicas do Brexit, recomendaria ponderar a colocação de um adido de defesa no Reino Unido. Com efeito, é provável que este país procure aprofundar as relações de defesa com alguns países, nomeadamente em relação ao espaço onde Portugal faz valer a sua maior vocação, isto é, a vertente atlântica.</p> <p>A capacidade atual para desenvolver e manter relações permanentes com múltiplos países é reduzida por não termos recursos suficientes, sejam humanos ou financeiros. Teremos, por isso, de privilegiar e temos privilegiado, algumas regiões de interesse estratégico prioritário, como é o caso do Magrebe, e naturalmente com os países da CPLP, na vertente do reforço da cooperação no domínio da defesa.</p> <p>Por último de referir o continente sul-americano. Assim, para além do Brasil, temos relações estreitas com o Uruguai, e atualmente também com o Chile, estando a cooperação com a Argentina algo parada. No anterior Governo, procurou-se abrir relações com a Colômbia, com quem se propôs um acordo de cooperação, ainda sem resposta, e com o Peru, cujo acordo está em preparação. Contudo, os contactos esporádicos com esses países não ajudam o avanço da cooperação, tal como a distante</p>



	<p>presença do Adido que reside em Madrid, razão pela qual, será de avaliar se não fará mais sentido a presença de um segundo adido em Brasília.</p> <p>E3:</p> <p>Tendo em conta as prioridades estratégicas definidas na mesma portaria, que englobam os países membro da CPLP, NATO, UE e 5+5, considera-se que, embora não sendo uma configuração ótima, contempla de forma satisfatória os objetivos nacionais de defesa pretendidos subjacentes a essas prioridades.</p> <p>É entendimento pessoal, não obstante a reduzida experiência no cargo de Chefe do GLADM, que qualquer dispositivo está condicionado pelo poder dos instrumentos nacionais da diplomacia. Por força de circunstâncias diversas, por vezes até de caráter pessoal, esse poder pode ser maior em determinados espaços. Quando isso se verifica, a presença de um Adido, pode constituir uma mais-valia na prossecução dos referidos objetivos estratégicos nessa área geográfica.</p> <p>E4:</p> <p>Em relação a Adis Abeba, não tem qualquer interesse ou relevância para a Marinha. Seria bastante mais interessante a possibilidade de satisfazer a necessidade há muito sentida de dispor de apoio no Djibuti, face à necessidade de apoio logístico às unidades navais que têm participado em missões no Índico, como foi o caso das operações Ocean Shield e Atalanta. Considera-se que o adido de defesa em Maputo poderia estender a sua presença àquele país, na qualidade de não residente.</p> <p>Observa-se igualmente a atual ausência de representação em países do Médio Oriente, algo que a presença prevista em Ancara irá suprir parcialmente.</p> <p>Reconhece-se o interesse na Índia, pelo potencial deste país, e onde o ALM CEMA participou recentemente numa mostra naval. O interesse nacional no continente asiático tem vindo a crescer, face ao grande potencial de desenvolvimento de muitos países da região. Na área das indústrias de defesa, observa-se o interesse particular da EID que exporta o seu sistema de comunicações para países da região, como são o caso das Filipinas e Indonésia.</p> <p>Apesar do adido de defesa na China não acumular outros países, a tradição marítima de países como a Coreia e o Vietnã, poderá igualmente suscitar o interesse de Portugal, uma vez que, tratando-se de organizações e culturas muito diferentes das ocidentais, dificilmente se conseguirá estabelecer contactos que não sejam através de um canal militar.</p> <p>De uma forma geral, apesar da cooperação com os países do Magreb poder, à partida, não ser muito relevante no plano operacional, ela contribui, contudo, para aprofundar o relacionamento e a confiança entre países, cujo valor estratégico ultrapassa os interesses mais específicos da Marinha.</p> <p>A Marinha vê igualmente com grande interesse a possibilidade de cobertura da Dinamarca, país com fortes tradições marítimas e com quem aprofundou recentemente a cooperação bilateral, com a aquisição e transferência de meios navais à Marinha dinamarquesa.</p> <p>E5:</p> <p>Em termos do Ramo, não é fácil fazer essa apreciação. Por exemplo, a colocação do AD na China não tem tido atualmente relevância específica para o Exército, o que não quer dizer que num futuro próximo essa importância não se irá verificar.</p> <p>Penso ser plenamente admissível a existência de alguns cargos de AD em que a razão principal da sua existência é a de obedecer a prioridades ao nível político-estratégico. Quer através da afirmação de Portugal ao nível militar, através de um representante nesse país quer para equilibrar (questão de reciprocidade) a existência de AD em Portugal desses países. Verifica-se que relativamente a certos países, não existe um interesse objetivo do Exército no desenvolvimento de atividades (face também naturalmente à escassez de recursos financeiros), com certos países, mas vão-se executando pequenas atividades financiadas pela DGPDN por forma a manter e aprofundar as relações bilaterais e o diálogo com esses países. É o caso dos países do Magreb (Tunísia, Marrocos, Argélia e Mauritânia), em que as relações bilaterais com o Exército, têm sido feitas fundamentalmente de acordo com este referencial, mas que mesmo assim têm proporcionado evoluções muito positivas no sentido de uma maior cooperação em várias áreas.</p>
--	--



Questão	Resposta
	<p>De uma forma geral, o desenvolvimento das relações bilaterais com um país é sempre algo de positivo em relação a qualquer país aliado ou amigo. Contudo, essa a atividade bilateral tem custos significativos, sobretudo quando realizada no estrangeiro, obrigando à adequada seleção das prioridades.</p> <p>E6:</p> <p>A cooperação com os países nórdicos (Bélgica, Dinamarca, Holanda e Noruega) poderá sugerir a presença de um adido nesta região.</p> <p>A crescente participação em missões no Mediterrâneo, nomeadamente no âmbito do Frontex, justifica a necessidade de um contacto mais regular com Itália.</p> <p>E7:</p> <p>Na perspetiva da economia de defesa, é mais relevante perguntar quais os “nossos” mercados. Considero coerentes os critérios da rede de implantação dos AD, considerando que, na lógica da promoção da economia de defesa, o que há a fazer é aproveitar o que existe da melhor forma. Com efeito, devemos verificar, primeiro, se estamos a aproveitar bem o que existe e, depois, verificar como podemos melhorar, utilizando ao máximo o potencial oferecido pela disponibilidade e presença do adido no “terreno”. Nesta fase, é ainda prematuro fazer uma análise correta ou tirar a conclusão de que não é possível fazer mais. Por outro lado, não é possível reduzir o mundo a apenas a algumas regiões pois as oportunidades estão por todo o lado, havendo, no entanto, parceiros mais naturais, por razões de proximidade ou históricas, como é o caso dos países da CPLP, países do norte de África e América do Sul.</p>
Q7. De que forma o dispositivo de adidos de defesa deve evoluir para satisfazer as necessidades da organização que representa?	<p>E2:</p> <p>A realidade dos adidos é muito diferente de país para país. Os aspetos culturais e o relacionamento com as entidades é muito variável, sendo de difícil generalização. Por exemplo, em países como os do Magrebe, a importância de ter alguém residente é um fator decisivo para criar relações maior proximidade, geradoras de confiança, na ligação às estruturas de defesa locais, essenciais para se conseguir penetrar nesses mercados. De uma forma geral, os contactos realizados por canais distantes ou indiretos são muito menos eficazes, por vezes impossíveis, mesmo em relação a adidos não residentes, como é o caso do adido de defesa acreditado na Tunísia e residente em Marrocos.</p> <p>A importância do trabalho dos adidos é reconhecida, tanto para recolher informações, uma vez que estão no terreno e conhecem muito bem a situação local, como para veicular informação e agilizar os contactos com as estruturas e entidades locais da área da defesa. A sua integração na rede local de adidos deve igualmente ser valorizada pela capacidade potencial de, por essa via, se obter informação relevante sobre outros países.</p> <p>E2:</p> <p>O mercado asiático tem se relevado crescentemente interessante. O mesmo acontece para alguns países do Golfo, com quem tem havido contactos e se espera vir a ter retorno. A recente aproximação a esses países tem sido um bom exemplo da excelente articulação</p>



Questão	Resposta
	<p>e sinergias que têm havido entre a Secretaria de Estado da Internacionalização e AICEP, no âmbito do MNE, e o Ministério da Defesa.</p> <p>Por outro lado, a presença nos países da CPLP é igualmente muito interessante, incluindo as vantagens da propaganda que tais países possam fazer na sua vizinhança.</p> <p>No que respeita à América do Sul, para além do Brasil com quem mantemos excelente relações, existem também potenciais oportunidades a explorar com o Uruguai e mais remotamente com a Argentina.</p> <p>E3: CPLP, NATO, UE e 5+5</p> <p>E4: As prioridades estratégicas da Marinha, no plano operacional, passam pela participação ao nível NATO, depois a UE, seguindo-se a CPLP, as Nações Unidas e, finalmente, a cooperação bilateral com outros países.</p> <p>Realçam-se os seguintes países e áreas de atividades:</p> <p>No norte de África, no quadro da Iniciativa 5+5 Defesa, a Argélia (FZs, SAR e Medicina Hiperbárica), a Tunísia (História e Conhecimento Situacional Marítimo, exercícios navais, mergulhadores e medicina hiperbárica) e Marrocos (exercícios navais, SAR e Poluição Marítima);</p> <p>Na América do Sul, o Uruguai (Logística Naval, IH, FZs), a Argentina (embarque de cadetes), o Chile (Grupo de Utilizadores das Fragatas da classe M), a Colômbia (SAR e Conhecimento Situacional Marítimo), CSM)</p> <p>Na Guiné Bissau, aguarda-se a assinatura de um programa quadro ao nível político-estratégico para depois o Ramo tentar operacionalizar atividades/iniciativas.</p> <p>(...) <i>a complementar posteriormente através do quadro de ação externa...</i></p> <p>E5: Penso que não se poderá chamar, ao nível do Ramo, de prioridades estratégicas. No entanto, é evidente que vão sendo dados passos, fundamentalmente ao nível dos encontros bilaterais que refletem a existência de uma orientação nas relações com vários Exércitos evidenciando a importância que o Exército dá no aprofundar de relações bilaterais que não são naturalmente, todas nas mesmas áreas nem motivadas pelos mesmos objetivos.</p> <p>E5: Em relação ao atual dispositivo, o Exército vê com interesse a possibilidade de ter cobertura da Bélgica, país com o qual desenvolve atividade de cooperação há cerca de 22 anos, designadamente o treino de unidades paraquedistas belgas que se realiza em Portugal.</p> <p>E6: Para além do Brasil e Espanha, existe uma atividade de cooperação regular com os EPAF (<i>European Participating Air Forces</i>), nomeadamente, Bélgica, Dinamarca, Holanda e Noruega; e com os EUA, no âmbito da MNFP (<i>Multi-National Fighter Partnership</i>), onde estão incluídos os EPAF. Portugal mantém desde longa data um programa de <i>Exchange Pilot</i> com a USAF e Bélgica e está a estabelecer acordos para futuramente iniciar com a Dinamarca.</p> <p>De resto, as prioridades no relacionamento externo enquadram-se nas prioridades das relações externas de defesa e da execução da política de defesa, conduzida no âmbito da DGPDN, que fomenta a dinamização da atividade bilateral com diferentes países e domínios de cooperação, suscitando contributos de atividades militares juntos dos Ramos.</p> <p>E6: Golfo da Guiné através dos países da CPLP, que poderá integrar a CTM</p>
Q8. Quais os constrangimentos do atual dispositivo de adidos de defesa e que aspetos	<p>E3: Robustecer o GLADM com mais efetivos para poder prestar um apoio mais expedito; Robustecer com pelo menos um arquivista/amanuense os Gabinetes dos Adidos sem este pessoal atribuído.</p> <p>E5: O dispositivo dos AD será sempre uma escolha política, tanto mais face à falta de recursos financeiros. No entanto verifica-se que na nova configuração existem AD que</p>



Questão	Resposta
poderão ser melhorados?	<p>estão a ter dificuldades pela distância e diversidade dos países pelos quais são responsáveis</p> <p>Penso que o conceito daquilo que deverá ser a função do AD terá que ser pensado em termos gerais, com uma série de tarefas que serão abrangentes a todos os AD e em termos particulares de acordo com uma série de variáveis que deverão ser levantadas de forma específica. Nesta última irá residir a especificidade (e de mais valia) daquilo que se pretende obter relativamente à sua missão. Para conseguir este último desiderato penso que a função de AD teria muito a ganhar se estes fossem escolhidos segundo um modelo de motivações e competências, pois o seu papel está ligado diretamente às competências individuais do incumbente.</p> <p>Podemos também constatar que a ligação direta entre dos AD com o Ramo é algo de muito relevante, permitindo um diálogo proativo, dinâmico e interativo, não só possibilitando dar uma resposta, em tempo, aos pedidos do Ramo, mas também colocar questões com oportunidade e interesse relativamente aos assuntos que vão surgindo. Também ao nível da comunicação entre os Ramos e os AD penso existir espaço para melhorar os aspetos relativos à troca de informação classificada.</p> <p>E6:</p> <p>De uma forma geral, a Força Aérea procura desenvolver a sua atividade bilateral essencialmente através da coerência dada pelas iniciativas de nível político-estratégico conduzidas no âmbito da DGPDN</p> <p>O canal de comunicação (nos dois sentidos) e a articulação com os AD pode e deve ser melhorada, para que a sua ação seja efetivamente potenciada a favor do cumprimento das missões do Ramo. A estratégia do país e dos Ramos deveria ser transmitida aos adidos de forma regular e direta o que nem sempre acontece.</p> <p>O fato da participação em fóruns de informação/reuniões/conferências/etc, ser cada vez mais diminuto, face aos constrangimentos orçamentais para as missões (PCME), tornam o papel dos adidos ainda mais preponderante na aquisição e passagem de informação, podendo sempre que oportuno participar em alguns desses eventos.</p>
Outros	<p>E7:</p> <p>Os interlocutores do IDD são primariamente o Gabinete do MDN, a DGPDN e a DGRDN, com quem se constroem e fazem ações em conjunto. Com os Ramos, têm havido também um trabalho bastante interessante, no entendimento de que eles são um fim e também um meio para a missão da idD que inclui a necessidade de motivar a realização de parcerias entre a indústria e as FFAA.</p> <p>Existe uma abertura enorme dos três Ramos, a todos os níveis. Foram já realizados dias da indústria, com cada um deles, com grande sucesso. No caso da Marinha, foram apresentadas vinte empresas ao Ramo, momento que foi igualmente aproveitado para mostrar as empresas ao grupo <i>NATO Industrial Advisory Group</i>, reunido em Portugal. No caso do Exército, realça-se a celebração de um protocolo que, entre outros aspetos, irá permitir a criação de uma marca de certificação “produto testado pelo Exército Português” – “Portuguese Army Tested” (versão original), que ajudará a credibilizar e a promover melhor no exterior os produtos produzidos em Portugal.</p> <p>Por outro lado, a idD não se substitui às empresas, nem às associações industriais, mas antes complementa a sua ação. Com efeito, o surgimento da idD e a forma como se organiza são tão singulares que, mais do que ocupar o espaço, vem fazer mais do que estava a ser feito. A título de exemplo, a AICEP, apesar de ter o setor do espaço e defesa, muito pouco tinha sido feito até ao momento, algo que está agora a ser feito pela idD.</p> <p>A idD tem assim ocupado um espaço vazio, em prol da promoção das indústrias de defesa e o desenvolvimento económico do país.</p>

Fonte: Autor (201